

## MISSÃO REPUBLICANA DE PAZ: A PASSAGEM DE CORREIA DEFREITAS POR TERRAS CONTESTADAS

*Republican Mission Of Peace: the Correia's Defreitas Passage in Contestado's Lands*

Ana Crhistina Vanali<sup>1</sup>

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

### Resumo

Manoel Correia Defreitas (1851-1932) foi deputado federal pelo Paraná nas legislaturas de 1909-1911 e de 1912-1914. Durante o ano de 1914 visitou os redutos de Taquaruçu e Caraguatá na tentativa de convencer os moradores a se dispersarem e evitar o ataque das forças oficiais. Essa visita ficou conhecida como CAMPANHA HUMANITÁRIA na imprensa curitibana e MISSÃO REPUBLICANA DE PAZ na literatura em geral. Correia Defreitas foi acompanhado de Antônio da Rocha Tico (fazendeiro gaúcho estabelecido em Jaguaraíva e que era representante do jornal Diário da Tarde de Curitiba). Poucas são as informações específicas sobre essa campanha, assim sendo o trabalho procura, através da análise da bibliografia produzida sobre o assunto e dos artigos vinculados no jornal O Diário da Tarde de janeiro e fevereiro de 1914 analisar a participação de Correia Defreitas na Guerra do Contestado.

**Palavras-chave:** Manoel Correia Defreitas. Guerra do Contestado. Limites PR e SC.

### Abstract

*Manoel Correia Defreitas (1851-1932) was a federal deputy for Paraná in the legislatures of 1909-1911 and 1912-1914. During the year 1914 he visited the strongholds of Taquaruçu and Caraguatá in an attempt to convince the residents to disperse and to avoid the attack of the official forces. This visit was known as HUMANITARIAN CAMPAIGN in the press from Curitiba and REPUBLICAN MISSION OF PEACE in literature in general. Correia Defreitas was accompanied by Antônio da Rocha Tico (a farmer from Rio Grande do Sul who was established in Jaguaraíva and who was the representative of the newspaper Diário da Tarde in Curitiba). Few are the specific information about this campaign, so the work seeks, through the analysis of the bibliography produced on the subject and the articles linked in the newspaper O Diário da Tarde in January and February 1914 to analyze the participation of Defensive Belt in the War of the Contestado.*

**Keywords:** Manoel Correia Defreitas. Contestant War. PR and SC limits.

## INTRODUÇÃO

A área que foi cenário da Guerra do Contestado entre 1912 e 1916 localiza-se no Meio-oeste, Planalto Central e Norte de Santa Catarina, entre os vales dos rios Canoinhas/Leste e do Peixe/Oeste, com os rios Negros e Iguaçu/Norte e o Rio Canoas e Campos Novos/Sul. Mas essa é apenas uma parte da região contestada que se estendia do Extremo-oeste, na fronteira com

a Argentina (atuais Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense) e que ficou conhecida como Território Contestado até 1917, quando da homologação do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (THOMÉ, 2005).



Após quase três anos de conflito, entre dezembro de 1913 e janeiro de 1916, cerca de nove mil militares e civis, entre mortos, desaparecidos, feridos e desertores deram baixa nos campos de batalha da Guerra do Contestado, um dos mais sangrentos da História do Brasil. No auge do conflito, entre o final de 1914 e início de 1915 estavam em ação 8 mil militares, sendo 7 mil soldados das armas da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia do Exército Brasileiro, do Regimento de Segurança do Paraná, do Regimento de Segurança de Santa Catarina e mais mil civis contratados pela União. Do outro lado, havia os sertanejos com o Exército Encantado de São Sebastião, com aproximadamente 10 mil membros composto por homens, mulheres, idosos e crianças, na maioria caboclos luso-brasileiros armados com revólveres, espingardas e facões (THOMÉ, 2005).

A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina é antiga. Desde a formação do Império Brasileiro, as províncias de São Paulo e Santa Catarina não conheciam seus limites. Em 1853, com a criação da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo, abriu-se o debate sobre a linha limítrofe, discussão que passou a ser mais acirrada entre as duas unidades federativas após a implantação da república. A questão envolvia o chamado “Território Contestado”, na época sob a administração do Paraná e localizado entre o rio Iguaçu (ao Norte), o rio Uruguai (ao Sul), a

Serra Geral (ao Leste) até a fronteira com a Argentina (ao Oeste). Enquanto Paraná e Santa Catarina procuravam encontrar uma solução para o assunto, o Império havia decidido em 1879 que provisoriamente caberia ao Paraná administrar as terras ao Oeste do Rio do Peixe. Em 1900, o governo catarinense entrou com uma ação judicial contra o Estado do Paraná no Supremo Tribunal Federal reclamando seus direitos sobre todo o território. Em 1904, o STF manifestou-se oficialmente a favor de Santa Catarina, decisão confirmada em 1909 e ratificada em 1910, determinando que os paranaenses entregassem a administração das terras aos catarinenses. O governo do Paraná apoiado pela população, rebelou-se e não acatou a decisão, o que gerou um impasse jurídico-administrativo no país (CARDOSO, 2014).

Na disputa por limites três confrontos importantes antecederam a Guerra do Contestado. O primeiro foi entre dezembro de 1905 e janeiro de 1906 na Vila de Nova Timbó quando Demétrio Ramos (ex-maragato e primo do governador de Santa Catarina Vidal Ramos) depois de se desentender com o Capitão Fabricio Vieira (ex-pica-pau) enfrentou as forças policiais do Paraná e um destacamento do exército. O segundo foi em setembro de 1909 quando o Coronel Aleixo Gonçalves de Lima (ex-maragato) comandando 500 homens da Guarda Nacional invadiu uma área que o Paraná dizia ser sua na Estrada Dona Francisca, expulsando a força policial paranaense que protegia uma barreira de impostos próxima à São Bento. A terceira foi em outubro de 1912 na cidade de Irani. O governo do Paraná entendeu como uma invasão catarinense a presença de um grupo de pessoas que acompanhavam o monge José Maria e mandou o Regimento de Segurança para enfrentá-lo. Nesse episódio conhecido como Combate de Banhado Grande faleceu o Coronel João Gualberto e o monge José Maria<sup>2</sup>.

Transcorria o segundo semestre de 1913 e nos tribunais superiores e nas tribunas legislativas a questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina continuava sendo discutida. Em 15 de dezembro de 1913 na região de Taquaruçu chegaram as forças militares federais e policiais, mas como não agiram em sincronia, os caboclos conseguiram reagir e derrotaram as tropas oficiais. Estava iniciada a Guerra do Contestado. Nos primeiros dias de janeiro de 1914, na vila de Curitiba é assassinado, pelo superintendente local, Praxedes Gomes Damasceno (líder comunitário de Taquaruçu) quando tentava recuperar uma tropa de mulas cargueiras apreendidas. Como consequência frei Rogério Neuhaus, que tentava dissuadir os ajuntados, é expulso do reduto em que se encontrava. O governo de Santa Catarina fez novo apelo ao exército que reuniu uma tropa de aproximadamente 750 homens, sob o comando do Tenente-coronel Dinarte de Aleluia Pires, com ordens de efetuar um ataque implacável (CARDOSO, 2014).

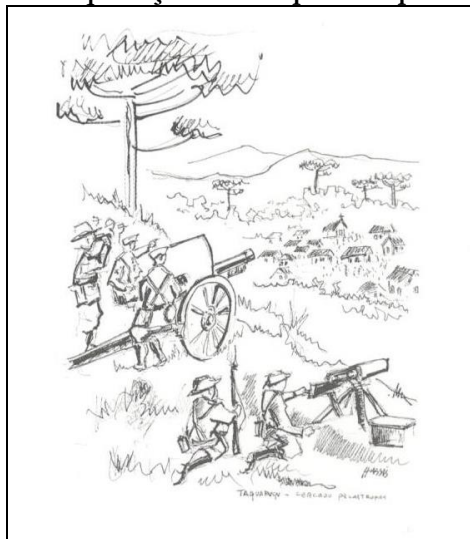
Diante do constatado poderio militar, os caboclos decidiram se retirar de Taquaruçu em direção a Caraguatá. Na noite de 8 de fevereiro de 1914 iniciou o cerrado bombardeio e os caboclos partem deixando poucos combatentes que são dizimados na manhã seguinte. Dias antes, *“antecedendo o embate, o deputado federal paranaense Manoel Correia de Freitas, de tendências socialistas<sup>3</sup>, esteve no reduto tentando negociar, sem sucesso, a dispersão dos revoltosos”* (TOKARSKI, 2002, p.50).

#### Manoel Correia Defreitas em maio de 1909



Fonte: Acervo da autora

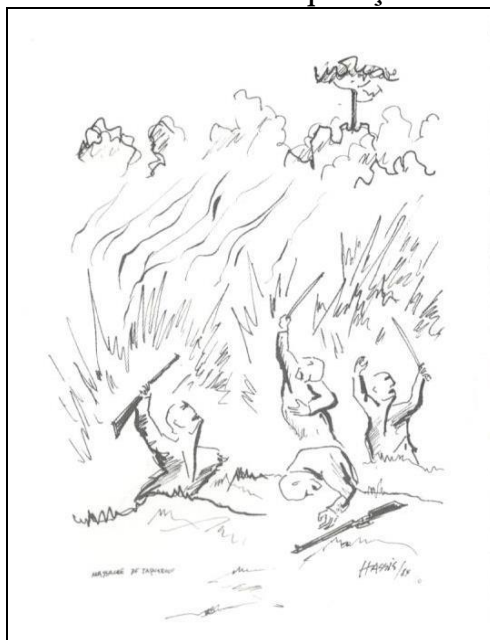
#### Taquaruçu cercado pelas tropas



Obra de Hassis (1984)

Fonte: Catálogo da exposição Guerra do Contestado, arte e história por Hassis (2016)

### Massacre de Taquaruçu



Obra de Hassis (1984)

Fonte: Catálogo da exposição Guerra do Contestado, arte e história por Hassis (2016)

Em 20 de outubro de 1916, no Rio de Janeiro, os governadores do Paraná e Santa Catarina assinaram o “Acordo de Limites” dividindo o Território Contestado. Após a homologação pelos legislativos estaduais<sup>4</sup>, os catarinenses assumiram a administração de 28 mil km<sup>2</sup> e o Paraná 20 mil km<sup>2</sup>, dos 48 mil km<sup>2</sup> contestados.

### Palácio do Catete/RJ, em 20 de outubro de 1916 Assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina



Fonte: Disponível em <http://www.ivopitz.pro.br/?arquivo=texcontestado>. Acesso 06.novembro.2016.

Na foto, sentados, o Presidente Wenceslau Braz, ao centro, ladeado pelos governadores do Paraná (Affonso Camargo) a esquerda e de Santa Catarina (Felippe Schmidt), a direita.

Esse acordo passou por cima da decisão do STF que, anos antes tinha dado ganho de causa à Santa Catarina sobre o território contestado.

### **Correia Defreitas na literatura sobre O Contestado**

Muitos estudos citam a participação do deputado federal paranaense Manoel Correia Defreitas na Guerra do Contestado. O deputado empreendera uma longa e cansativa viagem do Rio de Janeiro até os redutos de Taquaruçu e Caraguatá, permanecendo na região por 19 dias com o objetivo de convencer os sertanejos a dissolver a comunidade da Cidade Santa em nome da paz<sup>5</sup>. Diante da impossibilidade de apresentarmos aqui todos os trabalhos que tratam da missão republicana de paz da qual Correia Defreitas participou, faremos uma breve apresentação dos autores já conhecidos e clássicos e algumas obras de produção mais recente (SANTOS, 2006; VANALI, 2016).

O primeiro trabalho a falar da sua presença em terras contestadas foi o de Mauricio Vinhas de Queiroz (1977, p.126-150)<sup>6</sup> que dedica duas seções do seu livro para relatar a passagem do deputado paranaense pelos redutos de Taquaruçu e Caraguatá. Até a obra de Queiroz, os estudos sobre o Contestado eram marcados por uma barreira cultural que impedia o verdadeiro entendimento da vida, da cultura e das ações da população sertaneja. A própria expressão “fanáticos” utilizada para se referir à população cabocla desqualificava a ação desses sujeitos que somente eram vistos em seu abandono e ignorância, não se procurava entender as suas razões e os poucos autores que tentaram ver o ponto de vista dos sertanejos ainda possuíam sua visão marcada por esse preconceito. Com a obra de Queiroz essa visão estereotipada começou a ser relativizada. Ele empregou o conceito de messianismo para explicar a expressão cultural e social sertaneja e associou o movimento sertanejo à crise social no planalto, à questão de terras e ao abuso dos coronéis/grandes fazendeiros. Entretanto, para o autor o movimento do Contestado ainda era uma “revolta alienada” que revelava um isolamento dos sertanejos em relação à sociedade circundante<sup>7</sup>.

Com o título “A missão Correia de Freitas”, Queiroz (1977, p.126) começa a tratar da presença do deputado do Paraná na Guerra do Contestado. Após uma brevíssima biografia<sup>8</sup>, indica que em fevereiro de 1914<sup>9</sup> Correia Defreitas seguiu para o Reduto de Taquaruçu com o objetivo de conversar com os sertanejos. Ele foi acompanhado do coronel Antônio Maria da Rocha Tico<sup>10</sup> e pelo guia Antônio Cordeiro Sampaio<sup>11</sup>. Quando estava adiante de Curitiba foram alcançados pelas tropas legais e Correia Defreitas teve um encontro com o Tenente-

Coronel Dinarte de Aleluia Pires<sup>12</sup> ao qual entregou uma carta de Lebon Regis<sup>13</sup>, o que demonstrava que sua missão tinha apoio oficial. Correia Defreitas solicita ao comandante das forças legais, Aleluia Pires, não atacar o reduto antes de seu regresso, pois sua missão era tentar fazer a dissolução dos sertanejos de forma pacífica. O comandante aceita aguardar o resultado das negociações. Correia Defreitas e comitiva passam dois dias no reduto de Taquaruçu. Foram recebidos com muita hospitalidade, tomaram muito chimarrão em diferentes casas e pernovernaram na casa do falecido Praxedes Gomes Damasceno<sup>14</sup>. Correia Defreitas não consegue sucesso em suas negociações para dispersar os sertanejos. Foi informado que os líderes que poderiam ordenar a dispersão haviam partido para o Reduto de Caraguatá. Decide ir até lá. O coronel Antônio Maria da Rocha Tico vai para Campos Novos e passa telegramas ao jornal Diário da Tarde dando pormenores da missão ao Reduto de Taquaruçu e o guia Antônio Cordeiro Sampaio vai para Espinilho (lugar de concentração das tropas legais) e fornece depoimento ao Henrique Rupp Júnior<sup>15</sup>. Queiroz (1977, p.127) comenta sobre uma carta de Correia Defreitas em que ele descreveu o que viu em Taquaruçu, mas até o momento não conseguimos localizar esse material. Os três: Correia Defreitas, Rocha Tico e Sampaio, fornecem detalhes da organização, do número de pessoas, do número de armas, das lideranças e da crença dos sertanejos. Toda vez que Correia Defreitas mencionava a questão da dispersão, os sertanejos respondiam que eles estavam concentrados ali numa santa missão e que não pretendiam atacar ninguém, a não ser que fossem atacados pois teriam que se defender (Diário da Tarde, 06/03/1914).

#### Ao centro o Coronel Antônio Maria Rocha Tico



Fonte: <http://www.museumaconicoparanaense.com>. Acesso em 03.novembro.2015

A segunda seção dedicada ao deputado paranaense intitula-se “Correia de Freitas em Caraguatá” (Queiroz, 1977, p.147). O autor aponta que em sua missão no Reduto de Taquaruçu, Correia Defreitas conseguiu deles a promessa que se dispersariam desde que os chefes dos redutos de Taboão e Caraguatá também concordassem (Diário da Tarde, 13/02/1914). Por esse motivo seguiu diretamente de Taquaruçu para Caraguatá, pois achava que conseguiria uma pacificação geral antes do ataque das forças legais, evitando o massacre dos sertanejos. Apesar de seus esforços em Caraguatá para estabelecer um acordo que pusesse fim ao movimento, as tropas legais não aguardaram seu retorno e atacaram o Reduto de Taquaruçu no dia 8 de fevereiro de 1914. Correia Defreitas chegou em Campos Novos dia 10 de fevereiro e de lá partiu para Porto Alegre, continuando viagem para o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, retornando meses depois quando a situação da Guerra do Contestado havia totalmente se modificado. Assim pouco se sabe das negociações que fez em Caraguatá e dos detalhes da organização desse reduto. Em seu depoimento para o jornal Diário da Tarde de 11 de fevereiro de 1914 demonstra o sentimento de inutilidade de todos os esforços que empreendera visando à pacificação.

Existe uma versão que atribui a Correia Defreitas, quando da sua estada em Caraguatá, da oferta de cem mil contos de réis para que os sertanejos se dispersassem, porém, eles teriam exigido um milhão de contos de réis e a restauração da monarquia, condições fora do alcance do deputado paranaense. Em outra versão Correia Defreitas teria garantido que o governo daria terras aos sertanejos, mas os sertanejos responderam que só desejavam a monarquia. Esta última versão em que não se fala em dinheiro, mas na distribuição de terras foi incorporada ao folclore e aparecia cantada em trovas conforme Queiroz (1977, p. 147)<sup>16</sup>:

Ele era emissário  
Que o governo mandava  
Ia saber dos jagunços  
Por que se revoltava.  
Se era para mode terra  
O governo dava.

Só aceitamos monarquia  
Se for possível nos dar  
Que aqui nesse regimento  
É a lei que há de ficar

Seja qual for a versão, todas convergem num ponto: o retorno da monarquia como condição de paz. O retorno da monarquia não era o retorno de algum descendente de Dom Pedro II ao poder, mas sim a derrubada do governo dos coronéis e a implantação de um governo mais justo. Para o autor, quando Correia Defreitas procurou negociar em Caraguatá, a



reivindicação por terras já não era mais a exigência imediata dos sertanejos, mas sim a mudança da forma de governo, o que inviabilizou os projetos pacifistas do deputado paranaense. As reivindicações dos sertanejos saíram do plano do possível como terras, escolas, dinheiro para um plano irrealizável. Para Queiroz (1977) Correia Defreitas experimentou uma grande decepção.

Depois da obra de Queiroz (1977) outros trabalhos também trataram da missão pacifista de Correia Defreitas na Guerra do Contestado. Fernando Osvaldo de Oliveira (1978) apontada o deputado paranaense como o emissário do governo que trazia a palavra do presidente da república (na época Marechal Hermes da Fonseca). O conselho era para que os chefes debandassem e não reunissem as pessoas nos redutos porque senão o governo teria que destruí-los. A resposta foi negativa e alegavam que eram pacíficos, que apenas se defendiam, pois, as “tropas do Hermes é que vinham provocá-los”. Como haviam conseguido uma vitória no primeiro combate<sup>17</sup>, a posição das lideranças era irredutível, pois achavam que iriam repetir o feito. O autor aponta que o deputado do Paraná ofereceu terras nas negociações e tentava mostrar a impossibilidade deles saírem vitoriosos. Os chefes dos sertanejos procuravam protelar as negociações com o deputado paranaense, pois haviam recebido a notícia dos seus informantes que as tropas estavam esperando a volta do deputado para atacar. As negociações continuavam e Correia Defreitas agora prometeu dinheiro e ajeitar as terras depois (OLIVEIRA, 1978, p.73-78). O autor não acrescenta nada de novo em relação ao trabalho de Queiroz. Também não cita o nome do deputado Correia Defreitas, apenas fala “o deputado do Paraná” e não aponta o momento em que Correia Defreitas estaria negociando em Taquaruçu ou em Caraguatá.

Jean-Claude Bernardet (1979, p.65-66) faz apenas duas citações sobre Correia Defreitas. A primeira são as declarações que o deputado deu ao jornal Diário da Tarde de 13 de fevereiro de 1914 após estada de dois dias no reduto de Taquaruçu: declarou que aquelas pessoas reunidas declararam que estavam ali em “Santa Missão” e não com o intuito de atacar ninguém, mas que se fossem atacadas iriam defender-se. Depois cita uma parte das memórias de Alfredo de Oliveira Lemos sobre Correia Defreitas<sup>18</sup> onde este relata que o deputado do Paraná muito trabalhou, fez protestos de todas as formas e disse que o governo faria tudo o que os sertanejos quisessem que dessem terras para todos, mas eles respondiam que só queriam a monarquia. O deputado explicou que as forças do governo se aproximavam e sugeriu que eles não ficassem no limpo, que fossem para o mato ou então fizessem grandes buracos no chão para esconder as crianças. Assim foi feito e muito breve veio uma força do exército por Campos Novos que bombardeou o reduto morrendo muitas crianças nos tais buracos.

Marli Auras (1984, p.84) faz uma referência muito rápida à missão pacifista de Correia Defreitas. Para a autora enquanto o Estado organizava uma nova investida contra os sertanejos, o deputado pelo Paraná, Correia Defreitas, defensor de ideias socialistas, se deslocou até o Reduto de Taquaruçu a fim de conseguir a dispersão dos sertanejos sem derramamento de sangue. Ficou dois dias nesse reduto e partiu para o de Caraguatá. Finaliza apontando uma questão: o deputado do Paraná não conseguiu atingir seu objetivo pela fé do caboclo ser muito sólida ou porque seu trabalho foi atropelado pela ação precipitada das tropas legais? Depois faz menção a passagem do deputado pelo Reduto de Caraguatá, onde o mesmo teria constatado *“parecer ali ter mais fanatismo do que em Taquaruçu”* (DIÁRIO DA TARDE, 11/02/1914). Finaliza apontando as duas versões já indicadas por Queiroz (1977) sobre as tentativas de Correia Defreitas de estabelecer um acordo: primeiro a oferta de dinheiro e segundo a oferta de terras. Mas as duas ofertas tiveram respostas negativas, pois a condição para o restabelecimento da paz, da parte dos sertanejos, era o retorno da monarquia, uma vez que a república representava os coronéis e a estrada de ferro, ou seja, a ordem espoliadora (AURAS, 1984, p. 88-89).

Paulo Ramos Derengoski (1986, p. 35) não trata da missão pacifista de Correia Defreitas, apenas o cita como indicação bibliográfica quando fala da posição do Tenente-coronel Aleluia Pires perante o ataque aos sertanejos, *“não cabia às forças legais combater os patrícios ignorantes que foram levados ao desespero por traficantes da província”*<sup>9</sup>. Mas esse autor não fornece a indicação completa de onde Correia Defreitas teria feito o registro dessa posição do tenente-coronel. No seu trabalho de 2013, Derengoski (p. 33-34) cita Correia Defreitas como deputado abolicionista, republicano exaltado, seguidor das ideias utópicas de Saint-Simon que partiu do Rio de Janeiro para a área da Lumber Corporation, mas foi recebido com hostilidade tanto pelos peludos como pelos pelados. Depois retoma a análise que já havia apontado em sua obra de 1986 sem acrescentar mais dados.

Renato Mocellin (1989) faz rápida referência a missão de Correia Defreitas. Comenta que antes do segundo ataque ao Reduto de Taquaruçu, o deputado progressista com ideias socialistas do Paraná, tentou convencer os sertanejos a se dispersarem, mas não obteve sucesso. Depois seguiu para Caraguatá com o mesmo intuito, mas mais uma vez a missão de Correia Defreitas fracassou. Já em sua última obra, Mocellin (2015, p. 111) dedica uma seção para o deputado paranaense intitulada “UM DEPUTADO DO POVO”, apontando que o deputado havia sido abolicionista, republicano histórico e possuía ideias progressistas apresentando projetos avançados para a época. A proposta de pacificação de Correia Defreitas não foi acatada pelos sertanejos de Taquaruçu porque estes queriam construir uma cidade independente de Curitiba e edificar uma igreja em memória de São João Maria. Os de Caraguatá por sua vez disseram que

não havia razão para se dispersarem pois não tinham a intenção de atacar ninguém. O autor aponta que não tem como ter certeza se o deputado do Paraná ofereceu dinheiro e terras para pôr fim ao movimento, mas que a única coisa certa é que os sertanejos não acreditavam nas promessas do governo e queriam acabar com o domínio dos coronéis.

Euclides Felipe (1995) fez uma coletânea de narrativas das tradições e crenças populares envolvendo o Contestado. Dentre as diferentes histórias aparece a de Correia Defreitas e sua ida à cidade santa de Taquaruçu para tentar uma solução pacífica, mas nada conseguiu devido a ausência da “*gente de Eusébio*” (p. 141), os homens capazes de decidir haviam se dirigido para Caraguatá e para lá também seguiu na “*esperança de que alcançaria uma pacificação geral, antes do projetado ataque das forças do governo*” (p. 152). Depois de três dias de viagem chegou em Caraguatá, no dia 9 de fevereiro, um dia após o massacre de Taquaruçu. Enquanto se esforçava para cumprir sua missão chegou a notícia do ataque à Taquaruçu e agora os sertanejos só pensavam em vingança. O chefe do Reduto de Caraguatá, Elias de Moraes, por fim propôs o impossível ao deputado paranaense: não queriam terras, escolas, estradas e dinheiro que ele estava propondo, mas queriam que o governo devolvesse as vidas dos que haviam perecido em Taquaruçu. Certificando-se do fracasso dos seus esforços, Correia Defreitas deixa a região. O autor aponta que o próprio oficial Aleluia Pires não estava convencido de que no ataque ao reduto de Taquaruçu iria combater inimigos, mas sim arrasar, levar à morte os “pacatos e inofensivos sertanejos”. Seu plano era permanecer com as tropas acampadas nas cercanias de Taquaruçu até conseguir a dispersão pacífica dos sertanejos, ou cerca-los e reduzi-los pela fome.

Os Governos se estufaro de orguio  
Das crianças e as muié achaciná:  
Urtimada a matança e o massacre  
Elevaro inté os cabo a generá!

A alegria de acaba cos miserva  
Foi tão grande, que arribô lá no Catete:  
Se bejaro, se abraçaro e banquetearo  
Arrotaro, vomitaro, estoraro inté foguete.

- “Agora sim – diz a corja vitoriosa –  
Co Governo e as Força cá nas mão,  
É estuda, e sabê fazê as trama  
Semo dono como nunca, da Nação”!

Bem por isso ingeitemo as proposta  
Do seu Freitas, deputado federá  
Os governo só tem dado mau exempro  
Só os burros os que vão acredita.

Inferno mesmo, nós aqui na nossa Pátria  
Assassinados pelos nossos próprio irmão,

Sê robado, massacrado e atropelado ...  
Isso é crime que jamais terá perdão<sup>20</sup>

Telmo Fortes (1998, p. 190) relata a missão pacificadora de Correia Defreitas. O coronel Alleluia Pires teria feito de tudo para evitar o massacre: concordara com o requerimento proposto por uma comitiva, liderada pelo deputado paranaense Correia Defreitas, o qual pretendia ingressar no Quadro Santo à busca de uma paz negociada. Deu o tempo que o parlamentar julgou necessário para realizar sua missão, mas Correia Defreitas depois de se entender com os chefes de Taquaruçu, julgou necessário aventurar-se até o reduto de Caraguatá na esperança de realizar um acordo de paz. Esse atraso do ataque do exército soou em Curitiba como um covarde retardo das operações, quase um princípio de insubordinação, pois o general Alberto Ferreira de Abreu não estava preocupado com outra coisa a não ser o desfecho rápido de todo o conflito. Enviou um telegrama para Aleluia determinando o ataque – então os canhões troaram antes do retorno de Correia Defreitas.

Nilson Thomé (1999) trata das diversas missões de paz enviadas para negociar com os sertanejos e entre elas está a do deputado Correia Defreitas que foi programada pelo jornal Diário da Tarde, de Curitiba, através de uma campanha humanitária. Para o autor, sensíveis com o que ocorrera em Irani em outubro de 1912 e receosos do que poderia vir a ocorrer em Taquaruçu, foi enviada a comitiva liderada pelo deputado paranaense e composta pelo representante do jornal, o fazendeiro Antonio da Rocha Tico e pelos guias locais Antonio Cordeiro de Sampaio, Generoso Ribeiro e Firmino Mello (os guias tinham parentes no reduto de Taquaruçu e queriam tirá-los de lá). A missão foi bem recebida na cidade-santa de Taquaruçu e permaneceu lá por dois dias, mas não logrou êxito. Na tarde do dia 8 de fevereiro de 1912 começou o bombardeio que prosseguiu de forma ininterrupta pela noite chuvosa até a manhã do dia seguinte. “*Os militares destroçaram Taquaruçu, liquidaram todos os que ali estavam e queimaram as casas*” (THOMÉ, 1999, p. 183).

Élio Serpa (1999) destaca que o governo através do envio de representantes tentou fazer os sertanejos abandonarem a luta. Entre esses enviados estava Correia Defreitas, que como os outros, não logrou êxito mas forneceu importantes informações às tropas legais sobre os sertanejos para possíveis ataques.

Aujor Ávila da Luz (1999) aponta o envio de Correia Defreitas como emissário para dispersar os sertanejos pois o governo empregaria metralhadoras para atacar o reduto. Os sertanejos responderam que queriam muito conhecer uma metralhadora e que estavam esperando o novo ataque das tropas legais. O deputado do Paraná “*num nobre esforço de pacificação e num nobre espírito de humanidade*” (LUZ, 1999, p. 190) segue para o reduto de Caraguatá na tentativa de

negociar a paz. Desta vez, pediu a dispersão e em nome do governo ofereceu cem mil contos de réis. A resposta dos sertanejos foi que queriam um milhão de contos e a restauração da monarquia.

Paulo Pinheiro Machado (2001; 2004) também faz menção a tentativa de Correia Defreitas de mediar *“uma negociação antes do segundo e derradeiro ataque à Taquaruçu”* (MACHADO, 2001, p. 220). O comandante Aleluia Pires permitiu essa visita de paz, pois segundo Machado (2004, p. 221) os militares estavam com hesitação para atacar o reduto por não verem *“os sertanejos como inimigos, mas o viam sendo usados pelos políticos locais, os coronéis da Guarda Nacional, que por conta de sua politicagem, tinham provocado a reunião dos sertanejos”*.

Marilene Weinhardt (2002) traz uma nova proposta de análise da Guerra do Contestado. Ela estuda as representações do conflito através das narrativas vinculadas por quatro textos ficcionais sobre o conflito e dedica um capítulo ao texto jornalístico, no caso do Diário da Tarde, jornal de Curitiba que em 1914 empreendeu uma campanha pelo encaminhamento de soluções não armadas ao conflito. A autora analisa o processo de construção dessa campanha de pacificação, que tinha o slogan *“PELA HUMANIDADE”* como formadora de opinião. Destaca a intenção de colocar em evidência a rudeza dos sertanejos e a denominação *“fanáticos”* utilizada recebe o adjetivo de religiosos – *“fanáticos religiosos”*, definindo esse termo. Os artigos do jornal se alteram entre aqueles que apontavam uma proximidade de paz e os outros que constatam que as chances do fim da revolta sem violência eram remotas. Nesse último caso temos o relato da ineficácia das tentativas de pacificação do deputado Correia Defreitas. O discurso humanitário do Diário da Tarde continua nos dias subsequentes ao ataque ao Reduto de Taquaruçu, mesclando as informações de várias fontes. Em 20 de fevereiro de 1914 o jornal substitui o slogan *“Pela Humanidade!”* por *“Novo Rumo”* o qual agora pregava a incorporação dos sertanejos à sociedade nacional por meio da instrução. Mas ainda não havia ocorrido o Combate de Caraguatá que coloca abaixo essa esperança de *“um novo rumo”*<sup>21</sup>.

Delmir José Valentini (2003, p. 91 e p.109) fala da missão pacifista de Correia Defreitas mas citando Queiroz (1977), não acrescenta nenhum dado novo.

Walmor Marcellino (2005) aponta o fracasso da missão do deputado Correia Defreitas aos redutos de Taquaruçu e Caraguatá ao tentar a conciliação dos insurretos oferecendo dinheiro, mas em resposta queriam a restauração da monarquia e as vidas das mulheres e crianças que haviam sido chacinadas em Taquaruçu. Sem acordo, as tropas oficiais se reorganizaram e iniciaram a marcha sobre os revoltosos.

Auro Sanford de Vasconcellos (2008) em seu romance histórico decide narrar a saga de Francisca Roberta, a Chica Pelega, a legendária heroína da insurreição destacando o protagonismo feminino na Guerra do Contestado. No capítulo XXIV o autor trata do massacre de Taquaruçu e cita a visita de Correia Defreitas no reduto buscando uma solução pacífica para o conflito. Acordou com o chefe militar que iria pessoalmente procurar os líderes sertanejos no interior do reduto antes de acontecer o ataque armado. Pede encarecidamente que o ataque não ocorresse antes de seu retorno, pois acreditava ser capaz de contornar a situação. Em seguida Vasconcellos (2008, p. 187) dedica um parágrafo para apontamentos de alguns dados biográficos do deputado Correia Defreitas o descrevendo como abolicionista, de “ideias avançadas” que eram verificadas em seus projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, tais como distribuição de terras, seguro operário, pensão por invalidez ou velhice, não conseguindo aprovar nenhum. Quando Correia Defreitas chega em Taquaruçu encontra o reduto esvaziado, somente com mulheres, crianças, inválidos e idosos. Os líderes haviam seguido para Caraguatá. O parlamentar decide seguir para lá, mas sua “cansativa missão de boa vontade” foi em vão, pois enquanto retorna desse último reduto, Taquaruçu foi violentamente atacado.

Tarcisio Carvalho (2009) apresenta a Guerra do Contestado como uma luta de classes não apenas no aspecto de violência física, mas no sentido da disputa entre os valores e as representações que estavam em jogo. Apresenta como a classe dominante interpretou o contexto dessa guerra e os discursos construídos sobre os caboclos pela imprensa, pelo exército e pelos membros dessa classe que ocupavam postos políticos. O destaque é dado aos discursos construídos pelo estado republicano que produziam e reproduziam valores ideológicos para justificar e legitimar sua intervenção armada sobre os sertanejos. No trabalho de Carvalho (2009), Correia Defreitas aparece na seção em que o discurso da imprensa é analisado. O principal aspecto desse discurso é consolidar a ignorância e o analfabetismo como os principais atributos do sertanejo, o que explicava o atraso na agricultura e a facilidade com que eram tomados pelas superstições e falsos profetas como os monges. “*Os elementos modernos e civilizados (escola, fábrica, higiene e cultura intensiva) são completamente desconhecidos do caboclo que, na grande maioria das vezes apela para algum curandeiro, profeta ou monge* (CARVALHO, 2009, p. 187). O documento de análise de Carvalho (2009) que faz referência ao Correia Defreitas é um excerto de Antonio Hercilio<sup>22</sup> publicado na Revista Casa do Lavrador da Secretaria de Agricultura do Paraná<sup>23</sup>. Hercilio (1912) elogia a intenção do deputado paranaense de combater o analfabetismo e cita a fala de Correia Defreitas na Câmara dos Deputados do dia 24 de outubro de 1912 com relação ao Combate do Irani:

É por causa de factos d'essa ordem que tenho apresentado projectos de combate ao analfabetismo, uma das mais fundas e dolorosas chagas que afligem a nossa sociedade. Infelizmente, o Congresso não tem tomado em consideração esse problema, que é capital, e essencial para que possamos constituir uma nação forte, de *homens civilizados* (HERCILIO, 1912, p. 172, grifo do autor).

Na página seguinte Hercilio (1912, p. 173) cita mais uma vez Correia Defreitas quando faz menção à figura do coronel João Gualberto, morto no Combate do Irani. Segundo o autor, o deputado havia dito em seu discurso que João Gualberto era “*o ídolo de todas as classes d'esta terra*”, ou seja, um herói. Hercilio (1912) complementa seu pensamento reforçando a imagem do caboclo como bandido selvagem que matou o coronel “*trespassado pelo facão do caboclo facínora*”.

Liz Dalfré (2014, p. 90) ao analisar o movimento do Contestado no Diário da Tarde cita Correia Defreitas como um importante político paranaense que visitou os redutos da região contestada tentando apaziguar os sertanejos, tentando os convencer de se dispersarem, oferecendo em troca garantias de vida e assentamento.

Karina Woitowicz (2014) faz a análise discursiva do jornal paranaense Diário da Tarde durante os anos de 1912 a 1916. Por meio da análise de discurso a autora identifica as vozes e posicionamentos tomados pelo periódico durante o período da Guerra do Contestado, reconhecendo um trabalho simbólico cotidianamente desenvolvido pela imprensa, em seu processo de construção do real e em seu “dizer” jornalístico. Assim, a autora analisa a campanha “Pela Humanidade!” que contou com o respaldo de autoridades e grupos da capital paranaense<sup>24</sup> que se apresentaram como aliados dos sertanejos, em nome de sentimentos patrióticos, junto à opinião pública. Essa campanha aderiu a um fim pacífico para o movimento já que as operações legais negavam essa intenção, conforme Diário da Tarde de 11 de fevereiro de 1914:

Comemorou-se o assalto a Taquarussu. Os caboclos foram feridos a bala, estraçalhados a metralha, espedaçados a canha. Homens, mulheres e crianças morderam o pó, com os membros decepados, o peito varado, o crânio fulminado, o ventre estirpado. O sangue tingiu de rubro as matas do sertão catarinense.

A campanha de opinião pública “Pela humanidade!” tinha o objetivo de sensibilizar a população e apontar os rumos para uma solução “sem derramamento de sangue”. Esses eram os principais elementos presentes nos discursos do jornal que publica as correspondências enviadas pelo deputado paranaense Correia Defreitas que procurava apagar as marcas de violência e o

perfil de criminoso comumente atribuídas aos sertanejos. O sertanejo não era mais visto como uma ameaça à sociedade, mas como parte e principalmente vítima dela. Esta campanha de pacificação que enviou pacificadores<sup>25</sup>, homens que se expuseram a todos os perigos e à própria morte em bem da humanidade, representou um elemento significativo na definição dos rumos do Contestado. Para a autora, houve uma “migração de sentidos” que vão do perfil de criminoso ao de vítima, a partir de mecanismos e estratégias discursivas que procuraram traduzir e significar as origens e a situação dos sertanejos e dos integrantes do movimento para se produzir sentido sobre os fatos. Os sertanejos foram vistos dentro de um quadro de referências próprias e os textos procuravam apagar as marcas de violência atribuídas a eles:

Os fanáticos não praticaram uma agressão ainda, um roubo, uma depredação. Vão ao extremo de queimar dinheiro, viveres e munições apreendidas para não se aproveitar do que é alheio<sup>26</sup>. A própria lenda da existência de perigosíssimos e facínoras bandidos entre os fanáticos é desfeita por inteira. Agora que o exército já se defrontou plenamente na resistência oposta à coluna Adalberto, ponha-se um paradeiro aos mais violentos meios empregados para dispersar os caboclos. Usa-se de outros meios, o sítio, por exemplo, já que a intervenção pacificadora dos emissários do Diário da Tarde não surtiu o almejado efeito ... (Manoel Correia Defreitas, Diário da Tarde de 14 de fevereiro de 1914).

Os discursos veiculados pela imprensa contribuíram para consolidar a imagem do sertanejo como um mestiço inferior, através de suas características de fanático, selvagem, bárbaro, inculto, desamparado, analfabeto, bandido e criminoso; a imagem dos militares como guerreiros e a imagem dos grandes proprietários de terras como vítimas do conflito social que envolveu o homem do campo. Woitowicz (2014) conclui que a campanha “Pela Humanidade!”, da qual Correia Defreitas participou, permitiu a compreensão da condição sertaneja durante a Guerra do Contestado quebrando as marcas de um pensamento hegemônico marcado pelo argumento racial que buscava definir o perfil do sertanejo por meio de suas descrições físicas e morais, vinculando suas atitudes ao crime e intensificando o descrédito de sua religiosidade. O vínculo do sertanejo ao analfabetismo, à ignorância e ao fanatismo é parte integrante, é o consenso presente no discurso simbólico construído ao longo do conflito demonstrando o potencial de ação e representação que configurou a atividade da imprensa durante esse processo. Em suma, o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam menos de explicações.

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) fornece a visão oficial do Paraná sobre a Guerra do Contestado através de três obras publicadas na coleção Estante Paranista<sup>27</sup>. A primeira obra é de Alcibíades Miranda (2012) e se enquadra no grupo de obras escritas por



militares<sup>28</sup>, cuja primeira edição foi publicada em 1987, mas a redação é do ano de 1938. A obra está dividida em três partes: 1- As causas da luta; 2 – A luta e 3 – Pacificação<sup>29</sup>. Na segunda parte ele trata das oito expedições militares que foram enviadas para a região do Contestado entre fins de 1912 a princípios de 1915 contra os “jagunços fanáticos” e ressalta que somente a última fora bem-sucedida. Manoel Correia Defreitas aparece no texto na descrição da Quinta Expedição que foi organizada após o insucesso do ataque militar ao reduto de Taquaruçu em dezembro de 1913. Essa expedição atacou esse reduto “apenas” no dia 8 de fevereiro de 1914, pois o comandante Aleluia Pires aguardava “o resultado da viagem pacificadora do deputado paranaense Correia Defreitas ao acampamento de Taquaruçu, com assentimento das autoridades estaduais” (MIRANDA, 2012, p. 69). Nutria o comandante Aleluia Pires a esperança de que os “fanáticos” se dispersassem à aproximação das forças legais, confiando ainda no resultado dos emissários pacificadores que haviam ido ao acampamento deles em missão humanitária. Além de Correia Defreitas, Miranda (2012) destaca outros emissários pacificadores como o Frei Rogério Neuhaus (que chegou a ser agredido pelos “fanáticos”) e o padre José Lechner, que assim como o deputado paranaense, não alcançaram êxito nas negociações. O discurso de Miranda é de que o exército agiu com civilidade e racionalidade enviando emissários para tratarem com os sertanejos sua rendição; e de que os “fanáticos” como sempre reagiram com violência desmedida. O autor esquece que o exército também utilizou de violência desmedida o que indica que precisamos inverter essa lógica de análise.

A segunda obra é de Fredericindo Marés de Souza (1987) que aborda a gestão do presidente do estado do Paraná Carlos Cavalcanti e a Guerra do Contestado<sup>30</sup>. Marés de Souza (1987, p.187-203) fala da campanha do Diário da Tarde “Pela pacificação e pela humanidade!” dirigida pelo jornalista e deputado Jayme Ballão<sup>31</sup> no sentido de evitar o emprego das tropas legais contra os sertanejos. O jornal defendia que era preciso escutar os motivos da revolta sertaneja e que todos tinham o direito de professar a sua fé (DIÁRIO DA TARDE, 10/01/1914). A campanha “PELA HUMANIDADE!” teve intensa repercussão e adesão, inclusive de Vidal Ramos (presidente do estado de Santa Catarina) e Carlos Cavalcanti (presidente do estado do Paraná). No entanto, o autor aponta que nem os governos locais e nem o central enviaram aos redutos, parlamentares com amparo legítimo para resolver a situação<sup>32</sup>: Carlos Cavalcanti alegava que a área estava fora de sua administração, Vidal Ramos alegava que as tropas legais estavam lá para resolver a questão e o general Alberto de Abreu<sup>33</sup> cumpria as ordens do presidente da república para intervir militarmente recomendando o tratamento humano, mas ao mesmo tempo aprovando o plano de Aleluia-Lebon Regis de ataque ao reduto (COMMERCIO DO PARANÁ,

23/01/1914). O jornal Diário da Tarde passa da doutrinação à ação e enviou um mensageiro de paz – o coronel Antonio Maria Rocha Tico que durante uma das viagens realizadas ao local encontra o deputado do Paraná, Manoel Correia Defreitas, que era da oposição e tinha o objetivo de evitar o massacre dos sertanejos. Correia Defreitas se valeu de seu nome e de sua ótima capacidade de oratória para essa missão, segundo Marés de Souza que destaca a boa recepção que a comitiva teve no Reduto de Taquaruçu e descreve as impressões do deputado sobre o local: a constatação do “fanatismo religioso”, a organização das lideranças, o número de pessoas, a escassez de armamento, além do fato dos sertanejos não serem malfeitores para terem tratamento à base de bala, eles apenas reclamavam das perseguições seguidas. Marés de Souza (1987, p.199) destaca que Correia Defreitas, o “*deputado pacificador*” tentou “*com sua eloquência tribuniária convencer os sertanejos a se dispersarem, pois de modo contrário, seriam implacavelmente sacrificados*”. A missão fracassou. Os sertanejos prometeram aceitar os conselhos do deputado paranaense se os chefes de Caraguatá (Elias de Moraes) e Perdizinhas concordassem (DIÁRIO DA TARDE, 06/03/1914).

Correia Defreitas parte com Generoso Sampaio e Firmino de Mello rumo ao Reduto de Caraguatá em busca de entendimento com os chefes do movimento. Nesse reduto o deputado do Paraná constata que o povo estava mais fanatizado e desconfiado (DIÁRIO DA TARDE, 23/02/1914). Novamente fornece dados sobre o número de pessoas nos redutos de Caraguatá e Perdizinhas, do armamento e do ambiente hostil com que foram recebidos. Marés de Souza (1987, p.207-225) comenta da oferta de terras que Correia Defreitas teria feito aos sertanejos com o objetivo de obter a paz. Em entrevista ao jornal A Noite, de Porto Alegre, de 11 de abril de 1914, ele relata que caso o governo de Santa Catarina perseguisse os sertanejos esses seriam conduzidos ao Paraná e lhe seriam concedidas terras como era feito com os colonos estrangeiros. Mas a oferta não foi aceita. Queriam a restauração da monarquia, o objetivo da luta tinha passado ao cunho político.

E o republicano socialista, que era Correia Defreitas, vendo abalados os seus esforços, retirou-se às pressas, sem poder “evitar tanta sangueria inútil”, através de carreiros obstruídos, serranias, matos fechados e passos crescidos pelas grandes chuvas. Nem ao menos comunicou ao comando militar de Caçador os resultados infrutíferos de suas mediações. No primeiro trem, tomado em uma das estações mais próximas, abalou-se para o Rio Grande do Sul. De lá reapareceu dando entrevistas reveladoras de seu espírito humanitário aos jornais. Na sua opinião, aliás demasiadamente otimista, e irreal, um cerco de oito dias liquidaria o conflito. (DIÁRIO DA TARDE, 13/04/1914).

Marés de Souza (1987, p. 231) finaliza sua referência ao deputado paranaense com as acusações que esse recebeu por sua missão pacifista. Alguns oficiais do exército sem saber ao que

atribuir a reação dos sertanejos acusaram Correia Defreitas de “mascarado como mensageiro da paz” ser enviado aos redutos com o objetivo de ensinar-lhes técnicas de guerrilha. Essa insinuação teve origem quando o deputado do Paraná viu que sua missão de paz havia fracassado e decide aconselhar os sertanejos a não se conservarem aglomerados para evitar o massacre em massa, pois seriam derrotados (A TRIBUNA, 12/03/1914).

A terceira obra do IHGPR é a de Mario Marcondes de Albuquerque (1987). Publicada nos anos de 1980, procura romper com o silêncio que havia no Paraná sobre o Contestado e fazer críticas as políticas de recuperação da história da guerra realizadas pelo governador de Santa Catarina Espiridião Amin<sup>34</sup>. O presidente do IHGPR na época, Luiz Carlos Pereira Tourinho, na apresentação do livro coloca que sempre ouviu falar da Guerra do Contestado como uma rebelião de caráter messiânico promovida por falsos monges, mas que agora havia surgido uma outra tese e que a Guerra do Contestado passou a ser vista como *“uma rebelião de caráter social dos caboclos que habitavam a região contra os fazendeiros latifundiários e a pobreza generalizada”* (ALBUQUERQUE, 1987, p.7).

Na seção “Hostilidades geradas pelo fanatismo”, Albuquerque (1987, p. 66) faz uma rápida menção ao deputado Manoel Correia Defreitas que teria tentado *“novamente se aproximar dos redutos e tratar do apaziguamento”*. Porém o autor não indica no texto como, onde e quando teria sido a outra tentativa de aproximação para entendermos esse “novamente” do excerto acima. Bem como não dá mais detalhes da última tentativa deixando essa menção solta no texto e de difícil compreensão.

A missão pacifista de Correia Defreitas ou sua posição perante a questão de limites também são relatados em vários trabalhos acadêmicos que ainda não foram publicados como o de Naiara Ribeiro (2004) que procura analisar a participação de Correia Defreitas no conflito relacionando fontes e bibliografia, demonstrando que não há uma homogeneidade de discurso: as soluções violentas encontraram resistência. Destaca que o deputado paranaense passou de teórico do conflito para observador, o que o fez revisar suas interpretações anteriores que iam na linha do discurso hegemônico que invalidava qualquer ação popular que não estivesse dentro do padrão de ordem e civilidade pré-estabelecidos. Com a sua “ida à campo” pode compreender melhor a complexidade da situação, que se tratava de um problema crônico da estrutura social brasileira e que seria necessário modificar essa situação se o objetivo era construir uma sociedade mais democrática, conforme pregava o deputado em seus discursos. Porém, a autora levanta uma outra perspectiva de análise sobre a missão pacifista de Correia Defreitas que teria sido apontada por Antonio Tota (1983). Para esse autor o deputado paranaense seria um representante das

oligarquias cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro e que se dirigiu até a área de conflito com o intuito de defender os interesses desses grupos em relação à consolidação da república. A autora aponta que Tota não aprofunda a questão, o que não permite a verificação dessa sua hipótese e nem quais fontes utilizou em suas pesquisas para chegar à essa conclusão. Analisando o estudo de Tota indicada pela autora, concluímos que ela deva ter se confundido, pois a obra de Tota de 1983 não chega nem a citar o nome de Manoel Correia Defreitas e nem faz menção à missão pacifista por ele comandada. Não conseguimos localizar nenhuma outra obra do autor que tratasse sobre a Guerra do Contestado.

Amélia Siegel Corrêa (2006) retoma as narrativas biográficas que existiam sobre Manoel Correia Defreitas e apesar da importância da questão de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina e da Guerra do Contestado em sua trajetória, pois por anos ele se expressava sobre o assunto se colocando como “defensor da causa paranaense”, a autora apenas se limita a indicar que “*não conseguindo solucionar a questão por instâncias judiciárias, interviu pessoalmente no assunto, buscando solucioná-las mediante contato direto com os sertanejos no sertão catarinense*” (CORRÊA, 2006, p. 110).

#### Presidente Wenceslau Braz



Fonte: O Malho/Rio de Janeiro, 07/10/1916

O senhor Wenceslau Brás, o presidente pacato que tudo harmoniza, menos o Mato Grosso, deu uma solução satisfatória ao caso crônico da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

Todos ficaram contentes, menos o Correia Defreitas, que sistematicamente, nunca fica contente com coisa alguma.

A charge retrata a figura do presidente da república Wenceslau Brás com a divisão do território contestado em mãos (repare que na mão esquerda, a parte referente à Santa Catarina é maior que a parte referente ao Paraná na mão direita). O presidente é observado pelo Zé do Povo, cuja expressão facial é de quem está entendendo pouco da situação.

Nos dizeres, o periódico ainda faz menção ao caso de limites entre os estados do Mato Grosso e do Amazonas<sup>35</sup> que apesar do acórdão de 1889 ainda não estava com a situação de limites resolvida. Finaliza destacando o papel questionador de Correia Defreitas que o deixou conhecido como alguém que nunca estava satisfeito com as decisões oficiais.

Bruna Scheifer (2008, p. 103-104) aponta que durante a Guerra do Contestado várias foram as obras públicas paralisadas no estado do Paraná devido à crise financeira enfrentada. Artigo publicado no Diário do Commercio de 1º de julho de 1917 descrevia a Guerra do Contestado *“como um sorvedouro de dinheiro e de vidas no Paraná”*. Em Paranaguá houve resistência em aceitar o parecer do presidente da República favorável à Santa Catarina, através do qual o Paraná perdia boa parte de suas terras. Correia Defreitas, identificado pela autora como um comerciante local<sup>36</sup>, entre outros parnanguaras, levantou voz contra a decisão, *“protestou garantindo que o acordo não se cumpriria a não ser depois que os paranaenses empunhando armas, defendessem seus direitos”*, mas segundo o jornal *“era inútil discutir diante da decisão do presidente da república. Se ele falou e o governo do estado acatou, então está acabado!”* (DIÁRIO DO COMMERCIO, 07/07/1917). Por conta disso, o presidente Wenceslau Brás mandou um navio ficar ancorado no Porto de Paranaguá até que os *“ânimos se acalmassem na cidade”*.

Eduardo Salomão (2012) estuda a devoção ao mártir católico São Sebastião no Contestado e a relação desta prática religiosa com a crença no retorno do rei Encoberto D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, em 1578. Para o autor, mediante um processo de reelaboração dos símbolos e significados da religiosidade, no Contestado o mártir católico é quem entrara em cena no comando de um Exército e não mais o rei Encoberto. No capítulo *“A Guerra de São Sebastião”* o autor cita Manoel Correia Defreitas e sua missão pacificadora baseado na obra de Queiroz (1977). As forças militares estavam de prontidão para atacar a cidade santa de Taquaruçu. A única solução rápida para evitar o confronto era convencer Eusébio, o líder dos sertanejos, a desfazer o acampamento. Várias pessoas se encarregaram de negociar com os devotos, entre elas o Frei Rogério Neuhaus e o deputado federal paranaense Manoel Correia de Freitas.

Antes que se concretizasse a ação militar contra a cidade santa, acompanhado do Coronel Antonio da Rocha Tico, fazendeiro paranaense e correspondente do jornal curitibano Diário da Tarde, o deputado Correia Defreitas empenhou-se em alcançar uma solução pacífica para a questão. Munido de uma carta do militar e político catarinense Lebon Regis, solicitou ao comandante Aleluia Pires que aguardasse o resultado das negociações antes de cumprir as ordens do General Abreu. As conversações duraram dois dias, gastos de barraco em barraco na tentativa de convencer os chefes do movimento de que o melhor era abandonar a cidadela e dispersar o povo. Os relatos provenientes das negociações de Correia Defreitas informam que, após o primeiro ataque, em dezembro de 1913, à frente do movimento encontravam-se o “preto” Antônio Linhares e seu filho de 10 anos de idade, exercendo os papéis outrora reservados a Eusébio e Joaquim. Anacleto Ribeiro era o “comandante dos Pares”<sup>37</sup>. A cidade santa era formada de aproximadamente 200 casas, abrigando 600 mulheres e crianças e 200 homens. A comunidade se reunia duas vezes ao dia ao toque de tambor, e enfileirados percorriam o povoado dando vivas aos santos. Os argumentos de Correia Defreitas não convenceram os devotos, que enfatizaram estar reunidos em santa missão sem intenções belicosas. Meses depois de concluída a missão do deputado, o ex-integrante do movimento José Froglis declarou que os chefes *“dizeram que tudo que ele [Correia de Freitas] dizia era muito bom, mas para nada servia, porque tinha chegado a hora da guerra Santa de São Sebastião e da monarquia”* (DIÁRIO DA TARDE, 07/04/1914)<sup>38</sup>.

Outra fonte de pesquisa sobre a missão pacifista de Correia Defreitas são os diferentes sítios e blogues disponíveis nas redes sociais. Todos têm como base a obra de Maurício de Queiroz (1977), porém alguns apontam observações mais atuais sobre a Guerra do Contestado. Ernani Gennari (2007) destaca a hesitação de alguns oficiais militares que não viam os sertanejos como inimigos, mas sim como vítimas da politicagem das autoridades. Diante desta situação, o comandante Aleluia Pires consente que o deputado federal paranaense, Manoel Correia Defreitas, fizesse uma tentativa pacífica de convencer os moradores do reduto a se dispersarem.

Do relato publicado no Jornal da Tarde, de Curitiba, em 6 de março de 1914, lemos:

Em Taquaruçu há poucas armas. Todos, entretanto, andam armados com “cacetes de três gumes”. Apesar de tão reduzido armamento, asseguram que se baterão contra qualquer força que vá atacá-los, pois há um profundo ressentimento político e social. Queixam-se das autoridades de Curitiba e Campos Novos, dizendo que se estes não os perseguissem, iriam imediatamente “pra casa tratar de suas lavouras”. (...) Em resposta às gestões do deputado, afirmavam-lhe sempre que ali se encontravam congregados numa santa missão e que não possuíam intuítos de atacar ninguém; mas, se fossem atacados, não tinham remédio senão defender-se. Animando-os em sua fé renovadora continuava presente não só a crença na ressurreição dos que

morressem na defesa da santa causa, mas também – como algo palpável – o Exército Encantado.

Na negociação com os sertanejos de Taquaruçu, o máximo que o deputado paranaense consegue é a promessa de que todos se dispersariam desde que também os de Caraguatá fizessem o mesmo. Na esperança de evitar o massacre, Correia Defreitas se dirige ao novo reduto, mas tem pouco tempo para fazer sua última tentativa. “*Sabemos bem pouco do que acontece durante o encontro com os líderes, mas, de acordo com todas as fontes ... querem o fim do governo dos coronéis*” (GENNARI, 2007, p.47). Sem atingir seu objetivo, o deputado começa o caminho de volta e chega à Campos Novos em 10 de fevereiro de 1914, de onde parte de trem em direção a Porto Alegre.

O sítio Porto União da Vitória apresenta uma cronologia da Guerra do Contestado<sup>39</sup> onde em janeiro de 1914 os líderes dos fanáticos resolvem receber a comitiva republicana de paz em Taquaruçu, composta pelo deputado federal Manoel Correia de Freitas, coronel Henrique Rupp, coronel Antônio Rocha Tico e três parentes de confinados no reduto. Como não chegam a um acordo, a comitiva retira-se do reduto decepcionada, sabendo que ainda morreria muita gente inocente. Porém, Henrique Rupp e Lebon Regis não acompanham Correia Defreitas, Rocha Tico e os três guias ao reduto de Taquaruçu conforme aponta o texto do blogue. Em março de 1914 - a nova comitiva republicana de paz encontra-se na vila de Perdiz Grande, onde entram em contato com um dos fanáticos, marcando uma reunião pacífica. A comitiva era composta pelo deputado federal Manoel Correia de Freitas, os capitães Adalberto, Lebon Régis e Matos Costa. Outra vez, a comitiva retira-se decepcionada com a missão de paz, pois não chegam a um acordo. Aqui há um desencontro de informações, pois Correia Defreitas deixa a região contestada em 13 de fevereiro de 1914 e segue para o Rio Grande do Sul, conforme diferentes periódicos da época, portanto ele não estava presente nessa comitiva de paz enviada à vila de Perdiz Grande em março. O blogue destaca o deputado paranaense como uma das principais personagens do Contestado na categoria “autoridades”.

No sítio do jornal Correio do Norte de Canoinhas há uma edição comemorativa ao centenário da Guerra do Contestado (CORREIO DO NORTE, 2012)<sup>40</sup>. A parte referente à comitiva republicana de paz onde aparece Correia Defreitas contém literalmente as mesmas informações do sítio Porto União da Vitória descrito acima.

No blog Caboclos Rebeldes<sup>41</sup> temos o trabalho de Ricardo de Campos (2016) que também lembra a passagem de Correia Defreitas por terras contestadas. Destaca que o comandante Aleluia Pires não via os sertanejos como inimigos, mas sim como vítimas dos

coronéis da Guarda Nacional que eram os chefes políticos dos municípios. Como encontrava-se adoentado, Aleluia Pires orienta ao capitão Nestor Passos, que o substituiria, que permanecesse nas cercanias até conseguir a dispersão dos sertanejos *“mesmo que a missão de paz do deputado federal Correia Defreitas fracasse! ... Mas todos estão torcendo para que ele consiga convencer aquela gente a abandonar o reduto e voltar para suas casas.”* A missão de Correia Defreitas era apaziguar os sertanejos e dispersá-los sem efusão de sangue, noticiava a imprensa da época. O autor finaliza comentando que embora o deputado tenha prometido terras, escolas, estradas e dinheiro, só ouviu como resposta o desejo de vingança pela matança ocorrida em Taquaruçu e o líder sertanejo Elias de Moraes chegou a lhe dizer que só haveria paz se o governo devolvesse a vida daqueles que pereceram no antigo reduto. Ao perceber que os sertanejos estavam inflexíveis, Correia Defreitas decidiu deixar a região (CAMPOS, 2016, p 230-231).

De acordo com o exposto acima, são poucas as informações específicas sobre a participação e a presença de Correia Defreitas em terras contestadas. A intenção que teria motivado o deputado a ter envolvimento direto com os sertanejos não foi abordada. Os dados apontados não esclarecem os reais motivos que fizeram com que o deputado paranaense tomasse a iniciativa de partir para o sertão catarinense e o fato dele ser representante de um corpo político bem definido, o Congresso Nacional, parece ser ignorado. O simples apontamento de que ele era defensor de ideias socialistas não é argumento suficiente para entender as reais motivações. Os trabalhos acabam reproduzindo as informações da obra de Mauricio de Queiroz (1977) e não avançam na análise dessa presença parlamentar federal na região. Outras fontes de pesquisa necessitam ser abordadas com maior profundidade e relacionadas para se entender a posição do deputado paranaense: as publicações dos periódicos da época, tanto o Diário da Tarde, de Curitiba, que fez a cobertura oficial da missão de paz como os outros e de diferentes localidades para se levantar a diversidade de discursos veiculada sobre o assunto. Outra fonte são os Anais da Câmara dos Deputados com os apartes e projetos de Correia Defreitas para a região contestada e a posição dos outros deputados na época sobre o tema. A partir da análise dessas fontes será possível perceber a verdadeira estratégia dessa missão: uma causa realmente humanitária ou a construção de uma imagem do conflito que justificaria a repressão e a ação impiedosa das forças legais sobre os sertanejos?

Outra fonte de pesquisa com relação a missão pacifista de Correia Defreitas são as narrativas biográficas<sup>42</sup> sobre sua trajetória. Nenhuma aprofunda a questão da Guerra do Contestado, apenas fazem menção à passagem do deputado paranaense em terras contestadas



ressaltando a sua “nobreza de espírito” que o conduziu até o sertão e a coragem que teve ao travar contato direto com os sertanejos:

Missão perigosa a que se arrojou o deputado paranaense, pois poderia ser maltratado e até morto pelos caboclos ignorantes que o tomariam por espião do governo, Defreitas conseguiu, ousadamente, penetrar nos redutos de Perdizes, Taquaruçu e Caraguatá e ali falando, convencendo, evangelizando, pode-se dizer que tocando o coração dos ferozes, mas infelizes vítimas do abandono dos poderes públicos, para dispo-los a deporem as armas e a se dispersarem submetendo-se às autoridades legais. (SOTTOMAIOR, 1922, p. 12)

A imagem de Manoel Correia Defreitas estava associada a um imaginário republicano. De longa data era um defensor do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina, era um sujeito que tinha uma atuação crítica na sociedade e com uma leitura diferenciada dos processos sociais, portanto com a Guerra do Contestado não seria diferente.

Muitas das causas da violência e repressão aos sertanejos estava na divergência entre a racionalidade republicana e o modo de vida caboclo compreendido como uma expressão de rusticidade e que deveria ser extirpada de maneira definitiva. O agrupamento dos sertanejos não se tratava de fanatismo, mas foi a alternativa, encontrada por eles, de marcar sua presença de forma efetiva diante da indigência material que a república não democrática instalada no Brasil impôs a esse grupo, de recuperar seu estatuto de homem e manter sua identidade.

### **Dever cumprido? A leitura de Correia Defreitas da Guerra do Contestado**

A Correia Defreitas, a Rocha Tico e ao Diário da Tarde, resta o consolo do dever cumprido. Um dia quando escrever a história desses ajuntamentos como Euclides da Cunha escreveu de Canudos, hão de constar de suas páginas os esforços que empregamos, como brasileiros e como moléculas da humanidade para evitar a sangueira que correu. Nossa voz e nossa ação chocaram-se de encontro à invulnerável obstinação de uns e ao invencível fanatismo de outros. Mas nunca se dirá que tivemos concorrido para a tragédia com nosso aplauso ou sequer com o nosso silêncio. Nossa campanha, improfícua, mas nobre, foi até onde podia ter ido. Foi mesmo além, pois que a palavra juntamos com a ação em casos que a outrem competia agir. (DIÁRIO DA TARDE, 11 de fevereiro de 1914)

Para Ribeiro (2004, p.3) a expressão “como moléculas da humanidade” remete ao esforço conjunto de pequenos setores da sociedade que como moléculas que compartilham de uma mesma composição, unem-se numa campanha de defesa do respeito ao estatuto de seres humanos dos sertanejos envolvidos na Guerra do Contestado e de todas as implicações decorrentes dessa condição humana, como o direito à vida e a expressão cultural.

Durante um determinado período de tempo, o jornal Diário da Tarde dedicou-se a publicar artigos que estivessem de acordo com uma interpretação mais humanizada da Guerra do Contestado. A linguagem oficial construída em torno dessa guerra utilizava uma imagem dos sertanejos que justificasse a repressão incisiva e a ação impiedosa das tropas legais. Essa linguagem estava vinculada com um imaginário marcado pelo Positivismo e pelo projeto civilizador republicano criando uma aversão ao estilo de vida rude e simples dos sertanejos, fossem eles do nordeste ou do sul do país. Muitos relatos salientavam a falta de racionalidade dos sertanejos e sua relutância em aceitar o novo padrão de modernidade imposto pela elite local em conjunto com as oligarquias estaduais e nacionais e seu rompimento com a civilização. Assim, a opinião pública foi levada a acreditar que estes elementos, como a criminalidade e a ignorância, aliados a esfera mística e ao charlatanismo, eram os únicos pontos que correspondiam a realidade sobre o conflito e que não havia outras razões para justificar a aglomeração de tantas pessoas em torno de uma visão de mundo tão rústica e simplória. Os periódicos criticavam o envio de novas forças militares para a região contestada afim de combater os sertanejos, ao invés de se tentar uma solução pacífica sem derramamento de sangue e sacrifício de vidas, através da persuasão pelo argumento e meios brandos. Para conseguir esse propósito Correia Defreitas teria se oferecido “generosamente”, *“homem notoriamente conhecido pelo desprendimento e generosidade de sentimentos, foi um dos que se apresentaram a empreender essa missão humanitária e verdadeiramente evangélica”* (JORNAL DO BRASIL, 28/01/1914). Os periódicos levam a crer que Correia Defreitas teria se oferecido voluntária e espontaneamente para realizar essa missão de paz de tentar fazer a pacificação e o desarmamento dos fanáticos, contrariando os conselhos de seus amigos que alertavam sobre o perigo dessa ação (GAZETA DO COMMERCIO, 28/01/1914).

Após o fracasso da missão republicana de paz, Correia Defreitas se sente frustrado e não retorna para a capital federal/Rio de Janeiro e nem para Curitiba. Decide realizar uma viagem de caráter particular, e não como representante de algum jornal ou comissionado pelo governo. Segue para Porto Alegre e de lá visita algumas cidades do interior gaúcho, como Piratini, Bagé e Santa Maria, sobretudo as cidades de fronteira como Santana do Livramento. Em seguida vai para o Uruguai, a Argentina e o Paraguai visitando algumas das principais cidades desses países.

Passa por cidades do oeste paranaense. Durante sua viagem, Correia Defreitas estudou as riquezas naturais de cada local além de visitar várias redações de jornais e escolas para coleta de material didático para analisar como estava estruturado o sistema de ensino nesses países<sup>43</sup>.

Correia Defreitas afirma que a intenção de sua viagem foi patriótica: primeiro com o objetivo de visitar os redutos de Taquaruçu, Caraguatá e Perdizes<sup>44</sup>. Nos redutos encontrou a maior ordem e o absoluto respeito pelas famílias, bem como um número reduzido de pessoas e de armamento. Dessa missão apontou, o que para ele, seriam as três causas da Guerra do Contestado:

1. O fanatismo religioso: os que alegavam que estavam ali por ordem de São João Maria para construir a nova cidade de Jerusalém;
2. Reação dos sertanejos contra as perseguições de quem tinham sido vítimas pelos régulos de Curitiba (sobretudo o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque<sup>45</sup>) e Campos Novos;
3. Reação dos sertanejos que foram espoliados de suas terras devido as grandes concessões dadas à Companhia Hanseática por um lado, e de outro pela expulsão dos brasileiros que habitavam às margens da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, visto que a Brazil Railway Company obteve 15 km de terras de cada lado da ferrovia para colonização e exploração. Correia Defreitas ressalta que essas terras já eram habitadas por nacionais há mais de 30 anos.

Continuando sua viagem patriótica, percorre o estado do Rio Grande do Sul. Depois visita o Uruguai e se encanta com seu sistema de ensino público obrigatório. Segue para o Salto do Guairá e Salto Santa Maria e fica admirado com essas maravilhas naturais. Depois dirige-se ao Paraguai onde visitou escolas do ensino primário. Percorre a Argentina para conhecer seus processos práticos de combate ao analfabetismo que focam em saber ler e escrever e ter conhecimentos gerais e exatos. Conhece o sistema de formação dos professores argentinos que estudaram todos os processos de ensino nos principais países do mundo<sup>46</sup> e desses países ainda foram contratados professores para aperfeiçoar os métodos de ensino argentino. Após sua viagem e relato de todas as suas impressões, Correia Defreitas conclui que *“nenhum homem deve exercer funções públicas no Brasil sem viajar, sem conhecer o exterior, e, principalmente, os países que cercam o nosso, para comparar e trazer alguma coisa de útil para a pátria”* (O IMPARCIAL, 13/12/1914).

Uma das histórias que ficou registrada sobre a passagem de Correia Defreitas pelo Contestado foi a acusação que recebeu de ter ido aos redutos dos sertanejos não para incutir-lhes

ideias de paz, mas para adestrá-los militarmente para a luta. Essa acusação, segundo a imprensa, teria sido realizada por um oficial do exército (54º Batalhão de Caçadores) e confirmada por vários sertanejos e um oficial paranaense. O deputado paranaense a contestou com veemência e passou a exigir o nome desse oficial militar, lançando o desafio que se caso ele realmente existisse e conseguisse provar a acusação, ele então renunciaria ao seu mandato de deputado federal, mas caso não fosse provada sua culpa, o oficial teria que renunciar a sua farda. Ao que parece, na documentação levantada até o momento, esse oficial nunca apareceu, era um “oficial telegráfico” e vários dos sertanejos presos disseram ao contrário: que Correia Defreitas fora pregar a paz<sup>47</sup>. Eis a resposta de Alexandre de Souza, que era prisioneiro dos sertanejos e conseguiu escapar quando da visita de Correia Defreitas ao Reduto de Taquaruçu:

- Estava no acampamento quando lá foi Correia Defreitas?
- Estava
- Que disse aquele deputado?
- Disse que queria a paz de todos os brasileiros. Que a luta ia ter maus resultados, pois os fanáticos seriam vencidos. Disse mais, que se todos se dispersassem ele lhe daria terras no Paraná.
- Há quem afirma que ele aconselhou os fanáticos a atacarem em guerrilha.
- É mentira. Só pregou a paz<sup>48</sup>.

Em abril de 1914 o capitão Mattos Costa viajava de trem com dois sertanejos para Curitiba e no meio da viagem resolveu entrevistar um deles, o João Froglis que ao responder as perguntas do capitão sobre o deputado paranaense, se este havia ensinado aos sertanejos a tática de guerra, responde que ele não ensinou ninguém a brigar, mas aconselhou ao chefe Eusébio a dissolução do povo oferecendo terras e dinheiro, mas os sertanejos queriam o retorno da monarquia (DIARIO DOS CAMPOS, 06/04/1914).

Para Correia Defreitas essa acusação<sup>49</sup> surgiu porque ao visitar os redutos dos sertanejos ele “desmascarou as *politicagens catarinenses*” para se apossar das terras paranaenses. Então os políticos catarinenses inventaram que ouviram essa acusação de um oficial do exército dizendo que Correia Defreitas havia ensinado aos “fanáticos” a estratégia e a tática militar de Lyautey<sup>50</sup> em Marrocos que consistia em considerar que um grupo só está submetido se for abatido de maneira sangrenta. Os periódicos catarinenses<sup>51</sup> apontavam que o deputado paranaense tinha um “ódio velho” com o estado devido a questão de limites e que estaria aproveitando a sua missão pacificadora para acusar e insultar os “homens de responsabilidade do Estado, os mandões catarinenses”, além de induzir os sertanejos que “não queriam brigar” a terem atitudes de reação aos defensores da ordem. Os mesmos jornais catarinenses afirmavam que o jornal curitibano Diário da Tarde

enganava-se quando falava que o Contestado foi um movimento preparado pelo governo de Santa Catarina para resolver a questão dos limites com o Paraná à força.

Ora, de um meio de onde partem tanta malquerença e odiosidade contra Santa Catarina, não se devem esperar nobres gestos de altruísmo, entretanto como a questão de limites não nos perverteu o caráter, nem obliterou os sentimentos de humanidade, recebemos, sem desconfianças, a missão de paz dos senhores Coronel Tico Rocha e deputado Correia Defreitas. Estes, porém, se podem gabar de ter sido os emissários do rancor e da mendacidade que fermentam em sua imprensa catarinofóbica. A farsa dessa missão de paz está hoje desvendada. Com o reconhecimento de Caraguatá os oficiais das forças que ali operaram tiveram ocasião de saber por minúcias, relatadas pelos próprios fanáticos, do objetivo da missão Tico-Defreitas. Possuídos de justa indignação esses oficiais não fazem segredo do que souberam. Para desmascarar os farsantes passamos ao Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, e mais alguns órgãos da imprensa este telegrama, que será mais um subsídio para a História: "Oficiais do 54 Batalhão vindos de Caraguatá pelo trem ante-ontem declararam que fanáticos lhes disseram que os emissários da paz, mandados de Curitiba, coronel Tico Rocha e deputado Manoel Correia Defreitas, lhes haviam ensinado manejo de armas de guerra e planos de emboscadas! Oficial paranaense vindo mesma ocasião confirmou semelhante declaração". (GAZETA DO COMMERCIO, 21/03/1914)

Em uma entrevista avaliativa de sua missão de paz<sup>52</sup> e em outra onde se defende das acusações feitas contra ele<sup>53</sup>, Correia Defreitas aponta que uma das principais causas que influenciaram na formação dos redutos dos sertanejos<sup>54</sup> foi a falta de capacidade de administração do governo de Santa Catarina, primeiro, cedendo terrenos, terras brasileiras, às empresas estrangeiras, sobretudo à Companhia Hanseática<sup>55</sup> que dominava uma área estimável que chegava até mesmo em dois municípios paranaenses da área contestada. Segundo, deixando as populações dos sertões completamente desprovidas de escolas, não combatendo o analfabetismo que para ele era a principal causa do banditismo. Esses sertanejos desprovidos de escolas *“eram vítimas dos governos que não tratam senão da politicagem, traindo sua missão primordial que é a educação do povo”* (DIARIO DA TARDE, 27/03/1914)<sup>56</sup>. Eram *“pobres lavradores embrutecidos, afastados dos centros civilizados e cansados de sofrer atentados, perseguições e extorsões dos mandões destes lugares”* (A FEDERAÇÃO, 30/03/1914).

Quando de seu retorno às atividades na Câmara dos Deputados, na 144ª sessão de 14 de dezembro de 1914, utilizou a hora do expediente para expor à nação as causas do movimento do Contestado. Acentuou que a causa principal do movimento de anarquia que existe no sul do país reside sobretudo e quase exclusivamente no analfabetismo e na ignorância de suas populações, desamparadas pelo poder público e abandonadas ao “Deus dará”, e ainda por cima espoliadas dos seus direitos e ofendidas nos seus interesses. Diz que sua ação enquanto deputado no

Congresso sempre foi difundir o ensino e melhorar a amplitude da educação escolar e compara que os países vizinhos, a Argentina e o Paraguai, despendem somas valiosas em favor da instrução e por isso se acham mais adiantados que o Brasil. Para Correia Defreitas o governo tinha que realizar ações que trouxessem os “fanáticos” ao convívio social, ações persuasivas, de intervenção suave e conciliatória como as que o General Setembrino de Carvalho<sup>57</sup> estava adotando e não os assassinatos de homens, mulheres e crianças como vinha sendo realizado. Assim, o deputado paranaense, apresenta o seguinte projeto de lei:

**Artigo 1<sup>a</sup>** – Fica o governo autorizado a abrir um crédito extraordinário de mil contos de réis que será aplicado, por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais<sup>58</sup>, afim de auxiliar a ação defensiva do exército nacional para poupar inúteis sacrifícios de vida, quer de mulheres e crianças, quer de soldados e oficiais pelo restabelecimento da ordem e da paz públicas, por meio suasórios, no território conflagrado entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

**Artigo 2<sup>o</sup>** - Revogam-se as disposições ao contrário.<sup>59</sup>

Essa proposta de lei demonstra a visão que Correia Defreitas tinha dos sertanejos: a mesma ideia de transitoriedade que o governo tinha dos índios, precisavam ser conduzidos à civilização e daí serem integrados à sociedade nacional como trabalhador. Era necessário realizar a submissão desses sertanejos por meio da persuasão, visando “poupar vidas” tanto da parte do exército, quanto as deles. Esses sertanejos eram vistos como inconscientes e ignorantes, sendo irresponsáveis pelo mal que praticavam, eram infantilizados como os indígenas que precisavam de tutores. Portanto, se o governo havia perdoado os marinheiros dos crimes de rebelião e indisciplina<sup>60</sup>, poderia anistiar também os sertanejos. Assim, a proposta desse projeto de lei é combinar a ação do exército com a SPILT: ao primeiro cabe a defesa das populações que circundam a área onde os sertanejos se abastecem de víveres e munições e ao segundo seria confiada a missão pacificadora, por meios brandos, junto aos sertanejos. Esse projeto de lei foi chamado pela imprensa de Projeto Patriótico para a pacificação dos “fanáticos”<sup>61</sup>. Explicando seu projeto de lei para o jornal Correio Paulistano de 15 de dezembro de 1914, afirma Correia Defreitas que *“o mal só pode ser extirpado com esta arma - a escola”*.

Correia Defreitas deixou a região contestada dia 13 de fevereiro de 1914 e retornou ao Brasil em setembro do mesmo ano. Sua viagem pelo Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai é chamada pelos periódicos de excursão ou passeio<sup>62</sup>. Após a missão pacificadora na região contestada, Correia Defreitas obtém da Câmara dos Deputados licença para se ausentar do país. Primeiramente havia pensado em ir à Europa, mas preferiu conhecer de perto algumas cidades

gaúchas e outras dos países vizinhos (DIÁRIO DA TARDE, 24/07/1914). Apresentou-se ao Congresso somente na sessão de 14 de dezembro quando reassumiu suas atividades de deputado federal<sup>63</sup>.

### **O Habeas-Corpus de Deocleciano Martyr**

Ao mesmo tempo em que a missão pacifista de Correia Defreitas se encontrava no reduto de Taquaruçu, outra ação estava sendo tomada para tentar evitar o ataque aos sertanejos. O advogado, Deocleciano Martyr, dá entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) de um pedido de habeas-corpus<sup>64</sup> em favor de Francisco Paes de Farias (Venuto Baiano<sup>65</sup>), Eusébio dos Santos e mais cerca de 300 indivíduos que se dizem perseguidos pela Força Pública do Paraná e de Santa Catarina, sob o pretexto da prática de ritos religiosos. O advogado alegou o direito de reunião e liberdade de consciência na defesa dos sertanejos. O STF requisita informação ao governador de Santa Catarina, Vidal Ramos<sup>66</sup>, para instruir o habeas-corpus. No alongado telegrama-resposta, o governador catarinense abandona os proclamados sentimentos humanitários para com os sertanejos e enumera provas para concluir que os meios brandos até então empregados não se tornaram eficazes.

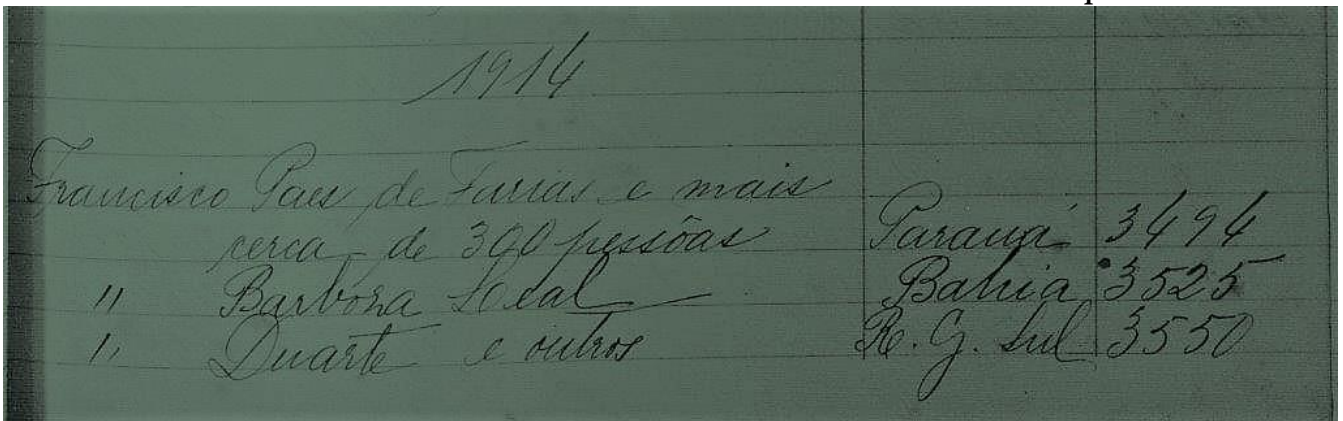
Pelas informações que me tem sido transmitidas em minuciosos despachos telegráficos, verifiquei que os sertanejos se reuniram em Taquaruçu, grande parte deles movidos por uma perigosa exaltação religiosa. Essa reunião, porém, assumiu desde logo uma feição perturbadora da ordem pública.

Além de estarem quase todos os sertanejos armados de carabinas, winchesters, revólveres, etc; de terem estabelecido trincheiras ao longo do caminho que conduz a Taquaruçu, desde uma légua de distância do reduto; de terem mortalmente ferido uma das praças empregadas nesse serviço; de dois ataques consecutivos à vila de Curitiba; dos saques que praticaram em várias casas comerciais; dos roubos de gado que estão iniciando, os fanáticos estão fazendo constantes exercícios militares sob as ordens de perigosos criminosos, como Benevenuto Alves de Lima e outros contra os quais existem mandatos de prisão. Foi para impedir a prática de tais atos, para restabelecer a ordem naquela longínqua zona e para a consequente prisão dos criminosos que ali se acham, que o governo entendeu de seu dever tomar providências decisivas e enérgicas, evitando assim consequências talvez muito tristes para o estado. O governo do Estado pretende, com as providências tomadas, impedir a reunião de indivíduos armados, que dão guarda a criminosos, atacam as forças encarregadas de manter a ordem pública, assaltam audaciosamente a vila, saqueiam casas, roubam gado como já fizeram e estão fazendo os fanáticos de Taquaruçu.

O governo continua, entretanto, a fazer os possíveis esforços para conseguir a dispersão dos sertanejos fanatizados, por meios brandos e suasórios. (O DIA, 25/01/1914)

Vidal Ramos também informou ao STF que 21 sertanejos que estavam em Taquaruçu eram indiciados como réu em processos judiciais pela Comarca de Curitiba e tinham mandatos de prisão expedidos contra eles. Machado (2004) indica que a maioria dos crimes pelos quais estavam sendo acusados os sertanejos eram pequenos delitos tais como roubos, brigas e ofensas, e destaca que da mesma maneira que entre os sertanejos não era pequeno o número de pronunciados<sup>67</sup>, o mesmo ocorria entre os vaqueanos que auxiliavam o governo, mas obviamente esse detalhe não constou no telegrama de Vidal Ramos enviado ao STF.

**Acórdão N° 3494 - Francisco Paes de Farias e mais cerca de 300 pessoas**



Fonte: Livro 856-HC-3494 a 3690. Arquivo Histórico do STF em Brasília

O STF requisita informação também ao governador do Paraná, Carlos Cavalcanti<sup>68</sup>, para instruir o habeas-corpus. Este respondeu que estava fora de sua alçada agir no território sob jurisdição de Santa Catarina, acrescentando que *“nas fronteiras do Paraná reinava a completa harmonia depois da presença do Regimento da Segurança nessas divisas. Apenas garantia a soberania do estado afim de evitar incursões perturbadoras da ordem. As forças paranaenses conviviam na harmonia com os sertanejos”* (GAZETA DO COMMERCIO, 28/01/1914).

Porém, diante das informações do governador de Santa Catarina, considerando os sertanejos como perigosos fanáticos perturbadores da ordem pública e seus argumentos de que eles haviam se reunido movidos pela perigosa exaltação religiosa e que essa reunião assumira desde logo a feição perturbadora da ordem pública, o Supremo Tribunal Federal não concedeu o pedido de habeas corpus. Uma das últimas alternativas para se evitar uma carnificina havia se esvaecido. No jornal A Federação de 24 de janeiro de 1914 é anunciado:

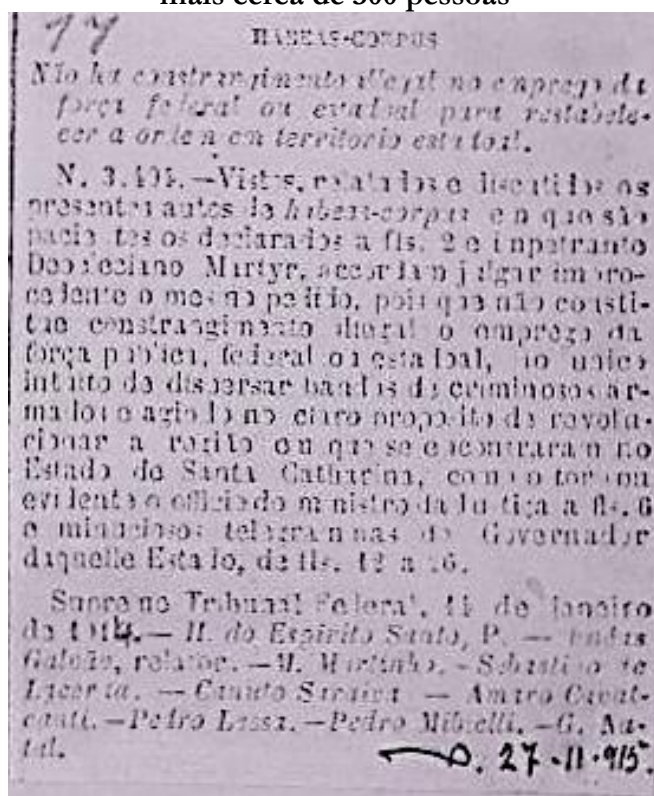
**Os fanáticos**

O STF negou o habeas corpus impetrado a favor dos fanáticos do Paraná, por entender que a ação das autoridades contra tais bandos armados é um ato perfeitamente legítimo.



O governo republicano decidiu atacar pesado sobre o reduto de Taquaruçu. No início de fevereiro de 1914 concentraram-se no Espinilho 750 homens sob o comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires equipados com artilharia de montanha (obuses, canhões, metralhadoras). Compunham essas forças repressoras um Esquadrão do 14º Batalhão de Cavalaria e Companhias do 54º Batalhão de Caçadores, além de soldados da Polícia Militar de Santa Catarina e inúmeros vaqueanos<sup>69</sup> cedidos pelos fazendeiros da região. O ataque ocorreu dia 8 de fevereiro. O General Alberto Abreu aprovou o plano de ataque aos *“fanáticos de Taquaruçu por terem falhados as tentativas para uma solução pacífica”* (A FEDERAÇÃO, 25/02/1914).

**Acórdão N° 3494 referente pedido de Habeas Corpus para Francisco Paes de Farias e mais cerca de 300 pessoas**



Fonte: Livro 856-HC- Acórdão N° 3494 do Arquivo Histórico do STF em Brasília

Machado (2004, p. 281) fornece algumas informações sobre Deocleciano Martyr: *“foi diretor-editor do jornal florianista, nacionalista e antilusitano O Jacobino entre 1894-1901, período no qual deu apoio integral à campanha militar contra Canudos.”* Para Machado (2004) “provavelmente” por ter apoiado a campanha militar contra Canudos é que agora, no Contestado estava tentando evitar tragédia semelhante.

### Habeas Corpus

*Não há constrangimento ilegal no emprego de força federal ou estadual para restabelecer a ordem em território estadual.*

Nº 3494 – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus em que são pacientes os declarados a fl.2 e impetrante Deocleciano Martyr, acordam julgar improcedente o mesmo pedido, pois que não constitui constrangimento ilegal o emprego de força federal ou estadual, no único intuito de dispensar bandos de criminosos e armados agindo no claro propósito de revolucionar a rebito (sic) os que se encontram no estado de Santa Catarina, como o tornou evidente o oficial do Ministro da Justiça a fl.6 e o minucioso telegrama do governador daquele estado, de fls, 12 a 26.

Supremo Tribunal Federal, 11 de janeiro de 1914.

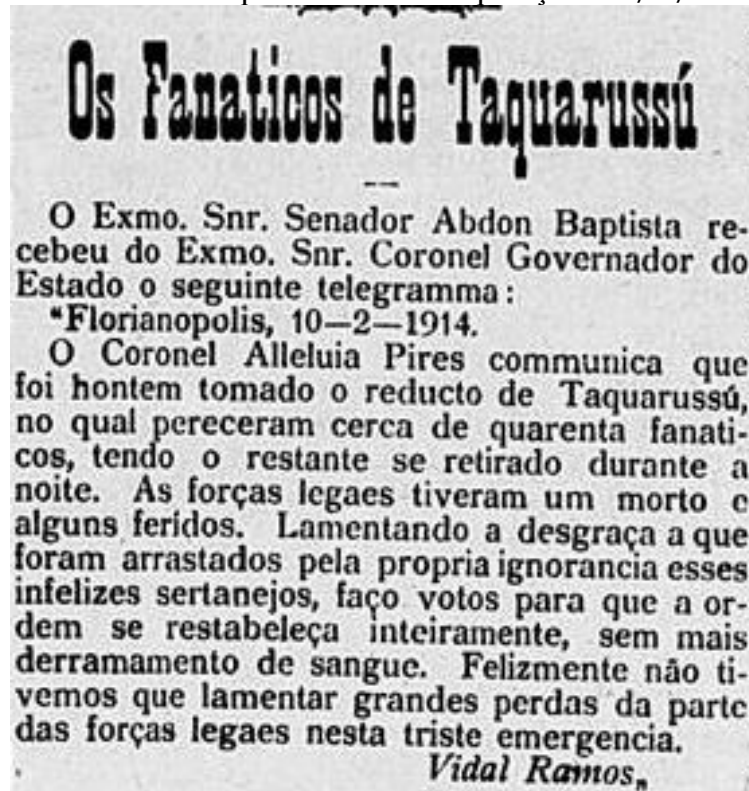
H. do Espírito Santo, P.

Enéas Galvão, relator

M. Murtinho, Sebastião de Lacerda, Canuto Saraiva, Amaro Cavalcanti, Pedro Lessa, Pedro Mibielli, G. Natal

Fonte: Livro 856-HC 3494 . Arquivo Histórico do STF em Brasília

**Telegrama de Vidal Ramos (governador de Santa Catarina) ao senador Abdon Baptista comunicando o ataque ao Reduto de Taquaruçu dia 08/02/1914**



Fonte: Gazeta do Commercio, 11/02/1914

Deocleciano Martyr era natural de Porto Alegre. No final do período monárquico participou de várias associações abolicionistas e de vários clubes republicanos, como o Centro Republicano Lopes Trovão e o Círculo Republicano Brasileiro. Durante a Revolta da Armada organizou vários batalhões patrióticos e seguiu com um deles, o Batalhão Tiradentes, para o Paraná. Pela prestação de serviços de guerra foi nomeado capitão honorário do exército por

Florianópolis. Fundou vários jornais de orientação nacionalista como A Luta, O Clarim, O Povo – todas de efêmera duração. Colaborou em alguns jornais, como os cariocas O Tempo e O Correio do Povo<sup>70</sup>. Pretendendo aproximar-se do poder se apresentou duas vezes como candidato à intendência do Rio de Janeiro, em 1894 e 1896<sup>71</sup>. Não ganhou em nenhum dos pleitos. Em 13 de novembro de 1894 fundou o jornal O Jacobino que ao longo de sua trajetória teve várias interrupções. Sua direção e redação cabiam a Deocleciano Martyr, que, no expediente, assim definia o seu jornal: “O Jacobino é órgão nativista, noticioso, político e operário; dedicado aos interesses e deffeza dos Brasileiros e consagrado á causa da Republica. Aceita-se franca colaboração e só da-se publicidade á reclames e annuncios de casas commerciaes Brasileiras. Não se admite o anonymato” (QUEIROZ, 1986, p.93).

Jacobino era o termo utilizado para designar os “republicanos radicais”<sup>72</sup> que lutavam pela consolidação da república e glorificação da nacionalidade durante o governo de Floriano Peixoto. O ponto alto do movimento jacobino foi de 1893 a 1897, cuja inspiração maior era Floriano Peixoto. Durante esse período agitaram o cenário político, mas não conseguiram romper com a ideologia da classe rural que dominava o Brasil e impor um projeto político alternativo. Deocleciano, um dos líderes do movimento era integrante da camada média urbana e o movimento não conseguiu romper o universo ideológico da classe dominante.

### Deocleciano Martyr



Fonte: Tagarela, 7 de julho de 1904

Deocleciano Martyr era considerado o principal incitador das perseguições a monarquistas e espancamentos a portugueses e o maior articulador do atentado ao presidente Prudente de Moraes<sup>73</sup>. O periódico “O Jacobino” reverberava o exasperado estilo político do seu diretor, fundador e redator-chefe, seguido por sequazes<sup>74</sup> que “em tudo” concordavam com o “chefe”. Foi o primeiro a se definir como especificamente jacobino e nativista, até mesmo porque Deocleciano Martyr julgava-se, como assim era considerado pelos seus sectários, o fundador do “Partido Jacobino do Brazil” (MUZZI, 2006).

Luiz Edmundo [apud MUZZI, 2006, p.22] assim descreveu Deocleciano Martyr, um dos mais destacados jacobinos:

Ainda moço, perdera uma das pernas e andava de muletas<sup>75</sup>. Contudo, mesmo assim, estropiado, capenga, entrava, muita vez, em ação, nos ataques de rua feitos contra os nascidos em além-mar. E era de vê-lo em meio aos mais perigosos conflitos, saltando num pé só: como Saci, o seu bastão de apoio, arma terrível de combate, em rodopios pelo ar<sup>76</sup>.

Em novembro de 1897 respondeu processo pelo atentado ao presidente Prudente de Moraes e pelo assassinato do ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt. Foi condenado a 24 anos de prisão como implicado<sup>77</sup>. Mas não fica muito tempo preso, pois no governo de Campos Salles foi indultado<sup>78</sup> e saiu da prisão. Após ser solto dedicou-se à advocacia e fundou a Assistência Jurídica-Militar, além do semanário “Segundo Districto”, de política moderada (bem diferente de O Jacobino). Foi agraciado com o título de Conde de Vera Cruz pelo Papa Pio X por ter promovido a instalação da imagem de Cristo na sala do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Por motivos políticos foi afastado do cargo de agente municipal da Prefeitura de Campo Grande, sendo reintegrado tempos depois. Veio a falecer nesse cargo em 13 de setembro de 1927, no Rio de Janeiro. Seu nome de batismo era Deocleciano Marques Teixeira. Era filho de João de Deus Teixeira e de Rita Angelica Ribeiro Teixeira. Com sua esposa Julia Gonzaga Martyr teve a única filha América Martyr, casada com Arnesto Guaraciaba de Senna<sup>79</sup>.

A literatura localizada até o momento que trata de Deocleciano Martyr concentra-se no período da sua atuação frente ao jornal “O Jacobino” e no movimento do jacobinismo no Brasil. Ainda está por ser feita uma pesquisa que trate de sua atuação frente a Assistência Jurídica-Militar da qual foi o fundador e seu presidente até seu falecimento no ano de 1927. Foi por meio dessa assistência que em janeiro de 1914 Deocleciano entrou com o pedido de habeas-corpus em favor de Francisco Paes de Farias (Venuto Baiano), Eusébio dos Santos e mais cerca de 300 indivíduos. Junto ao arquivo do Supremo Tribunal Federal estamos pesquisando a localização desse processo

para darmos continuidade a análise desse pedido. Em paralelo segue a pesquisa em outras fontes, como os periódicos da época, para obtermos maiores informações sobre a trajetória de Deocleciano, bem como sua posição perante a Guerra do Contestado antes da entrada do pedido de habeas corpus até o desfecho oficial da guerra em 1916.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de recursos documentais que retratem de forma completa e satisfatória a passagem de Correia Defreitas em terras contestadas é uma das dificuldades que se apresenta para a análise da questão, mas que pode ser superada a partir do levantamento de sua experiência político-social que se configura de forma processual nesse período.

A missão pacifista de Correia Defreitas é relatada em várias obras, mas poucas são as informações específicas sobre a sua participação e a sua intenção quando do seu envolvimento mais direto com os acontecimentos em questão, por isso é necessário analisar quais foram os fatores que atuaram nesse contexto recorrendo ao próprio discurso de Correia Defreitas registrados nos periódicos da época e no Anais da Câmara de Deputados durante suas legislaturas como deputado federal pelo Paraná.

Aos 63 anos Manoel Correia Defreitas vai para as terras contestadas. Realizou uma viagem longa e cansativa. Depois de sua fracassada missão prossegue numa excursão pelos países vizinhos do Brasil. Permanece quase um ano afastado da Câmara dos Deputados. Quando retorna apresenta suas impressões sobre a região contestada, a tratativa que deveria se dispensar aos sertanejos e as causas que levaram a deflagração do conflito. Continua firme na defesa do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina e decide não concorrer nas próximas eleições federais para o próximo mandato federal representando a minoria paranaense para se dedicar sobretudo à questão de limites.

Muitas questões foram levantadas com base na documentação analisada até o momento e que serão fruto de um próximo trabalho:

1. Por que Correia Defreitas foi escolhido ou se ofereceu para ir à região contestada?
2. Qual a relação de Correia Defreitas com Candido Rondon uma vez que ele apresenta um projeto de lei que incumbe o SPIILTIN de resgate do sertanejo?

3. Qual a relação de Correia Defreitas com o executivo estadual paranaense (Affonso Camargo)?
4. Qual a relação de Correia Defreitas com as elites locais: quais interesses foram contemplados e quais não foram nesse processo?
5. Qual a relação de Correia Defreitas e o pessoal do Exército (Mattos Costas, Setembrino de Carvalho, etc)?
6. Correia Defreitas conheceu Deocleciano Martyr? Ambos prevendo o desfecho sangrento queriam através da negociação, uma saída política para a situação e procuravam uma janela, uma possibilidade – os dois e ao mesmo tempo – as duas ações tiveram relação?
7. Qual a relação de Correia Defreitas com a visão oficial do estado do Paraná (referente a questão de limites) através da atuação de Romário Martins que dirigia a Comissão Estadual de Limites e teve contato direto com os prefeitos das cidades da área contestada, como por exemplo Rio Negro, pois ele viajava a região contestada para fazer os mapas para o governo do Paraná apresentar na questão do litígio?
8. Qual a postura ideológica de Correia Defreitas?
9. Quais seus interesses ou a quem estava representando?

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de (1987). **Contestado: distorções e controvérsias**. Curitiba: Estante Paranista N° 30/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Editora Lítero-Técnica.
- AURAS, Marli (1984). **Guerra do Contestado: a organização social da irmandade cabocla**. Florianópolis: Editora da UFSC/SP: Editora Cortez.
- BERNARDET, Jean Claude (1979). **Guerra camponesa no Contestado**. SP: Global Editora.
- CAMPOS, Ricardo de (2016). **Caboclos rebeldes: uma aventura pela Guerra do Contestado**. Canoinhas: [s.n]. Disponível em <http://caboclosrebeldes.blogspot.com.br/>. Acesso 13.novembro.2016.
- CARDOSO, Luiz Muricy (2014). “*A guerra do fim dos tempos*”. IN: Revista Leituras da História, N° 74, p.20-25.

- CARVALHO, Tarcísio Motta (2009). **Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. Niterói: Doutorado em História da UFF.
- CORREA, Amélia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR.
- CORREIO DO NORTE (2012). **100 anos do Contestado: Santa Catarina nunca mais foi a mesma**. Canoinhas: Edição Especial de Dezembro. Disponível em <http://iej.com.br/Atividades/contestado/100.Anos.Contestado.pdf>. Acesso 13.novembro.2016.
- DALFRÉ, Liz Andréa (2008). “*Criando heróis e inimigos: o movimento do Contestado na imprensa paranaense*”. IN: MACHADO, Paulo Pinheiro e ESPIG, Márcia Janete (orgs). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 211-248
- DALFRÉ, Liz Andréa (2014). **Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado**. Curitiba: SAMP.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos (1986). **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: FCC.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos (2013). **A sangrenta Guerra do Contestado**. Florianópolis: DIOESC.
- ESPIG, Márcia Janete (2012). **Carlos Magno e o Contestado**. IN: Revista de História, 09/10/2012.
- FELIPPE, Euclides J. (1995). **O último jagunço: folclore na história da Guerra do Contestado**. Curitiba: Universidade do Contestado.
- FORTES, Telmo (1998). **Glória até o fim: espionagem militar na Guerra do Contestado**. Florianópolis: Editora Insular.
- GENNARI, Emílio (2007). **As guerras sertanejas de Canudos e Contestado**. Disponível em <http://docplayer.com.br/9020294-Emilio-gennari-as-guerras-sertanejas-de-canudos-e-contestado.html>. Acesso em 13.novembro.2016.
- HERCILIO, Antonio (1912). **Excertos de um escrito inédito (continuação)**. IN: Almanaque da Revista A Casa do Lavrador da Secretaria de Agricultura, Indústria e Commercio para 1913. Anno I. Curitiba: Typographia da Penitenciária, p. 170-174.
- LAZARIN, Katiúscia Maria (2005). **Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003)**. Florianópolis: Mestrado em História da UFSC.
- LUZ, Aujor Ávila da (1999). **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos** (contribuição para o estudo de antropossociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). Florianópolis: Editora da UFSC.

- MACHADO, Paulo Pinheiro (2001). **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Campinas: Tese Doutora História da UNICAMP.
- MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- MARCELLINO, Walmor (2005). **A guerra camponesa do Contestado**. Curitiba: Quem de Direito.
- MARÉS DE SOUZA, Fredericindo (1978). **Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado**. Curitiba: Estante Paranista N° 8/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
- MARÉS DE SOUZA, Fredericindo (1987). **O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado**. Curitiba: Estante Paranista N° 29/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Editora Lítero-Técnica.
- MARGARIDO, Alfredo (1974). "*A reciprocidade no seio de um movimento camponês do sul do Brasil*". IN: RANDLES, W.G.L et all. **Para uma história antropológica**. Lisboa: Edições 70, p.61-73.
- MENDONÇA, Máí N., HLADCZUK, Ana Maria (1992). **Augusto Stresser e a Ópera Sidéria**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, Boletim Informativo da Casa Romário Martins, v.19, n°99.
- MIRANDA, Alcibíades (2012). **Contestado**. 2ª edição. Curitiba: Estante Paranista N° 28/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
- MOCELLIN, Renato (1989). **Os guerrilheiros do Contestado**. SP: Editora do Brasil.
- MOCELLIN, Renato (2015). **Pelados x peludos: o massacre dos xucros**. Curitiba: SITE.
- MUZZI, Amanda (2006). **Os jacobinos e a oposição à Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897)**. Rio de Janeiro: Mestrado em História a PUCRJ.
- OLIVEIRA, Fernando Osvaldo de (1978). **O jagunço: um episódio da Guerra do Contestado**. Florianópolis: IOESC.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (1998) (Org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. RJ: Contra Capa.
- PIAZZA, Walter (1985). **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- QUEIROZ, Mauricio Vinhas de (1977). **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado 1912-1916**. SP: Editora Ática.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de (1986). **Os radicais da república. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)**. SP: Editora Brasiliense.



- RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas (2004). **Como moléculas da humanidade: a presença de Correia Defreitas na Guerra do Contestado (1914)**. Curitiba: 12º EVINCI (Evento de Iniciação Científica) da UFPR.
- RICHTER, Klaus (1992). **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Blumenau: Editora da UFSC e da FURB.
- RODRIGUES, Rogério Rosa (2012). **Imagens do Front: Canudos e Contestado e a fotografia de guerra**. Teresina: ANAIS do VI Seminário Nacional de História Cultural – Escritas da História: ser-sentir-narrar.
- SALOMÃO, Eduardo Rizzatti (2012). **A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a resignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado**. Brasília: Doutorado em História UNB.
- SANTOS, Silvio Coelho dos (2006). **O Contestado na historiografia e na literatura**. Florianópolis: Coleção Nº 30 da Academia Catarinense de Letras.
- SCHEIFER, Bruna (2008). **Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade “sonhada e a cidade real”**. Marechal Cândido Rondon: Mestrado em História UNIOESTE.
- SERPA, Elio (1999). **A Guerra do Contestado (1912-1916)**. Florianópolis: Editora da UFSC.
- SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná (1922). **Paranaenses ilustres**. Curitiba: [s.l.].
- THOMÉ, Nilson (1999). **Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Editora Insular.
- THOMÉ, Nilson (2005). **Breve história da Guerra do Contestado**. Caçador/SC: UNC Campus Caçador.
- TOKARSKI, Fernando (2002). **Cronografia do Contestado: apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná**. Florianópolis: IOESC.
- TOTA, Antônio (1983). **A guerra do novo mundo**. SP: Brasiliense.
- VALENTINI, Delmir José (2003). **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. Caçador: UNC.
- VANALI, Ana Crhistina (2016). **Manoel Correia Defreitas na literatura sobre o Contestado**. IN: REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses-UFPR), Curitiba, v.2, n.5, p. 78-114, dezembro.
- VASCONCELLOS, Auro Sanford de (2008). **Chica Pelega: a guerreira de Taquaruçu**. 2ª edição. Florianópolis: Editora Insular.
- WEINHARDT, Marilene (2002). **Mesmos crimes, outros discursos: algumas narrativas sobre o Contestado**. Curitiba: Editora da UFPR.
- WOTTOWICZ, Karina Janz (2014). **Imagem contestada: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)**. Ponta Grossa: Editora UEPG.

### Periódicos Consultados

O Dia (Curitiba)

Diário da Tarde (Curitiba)

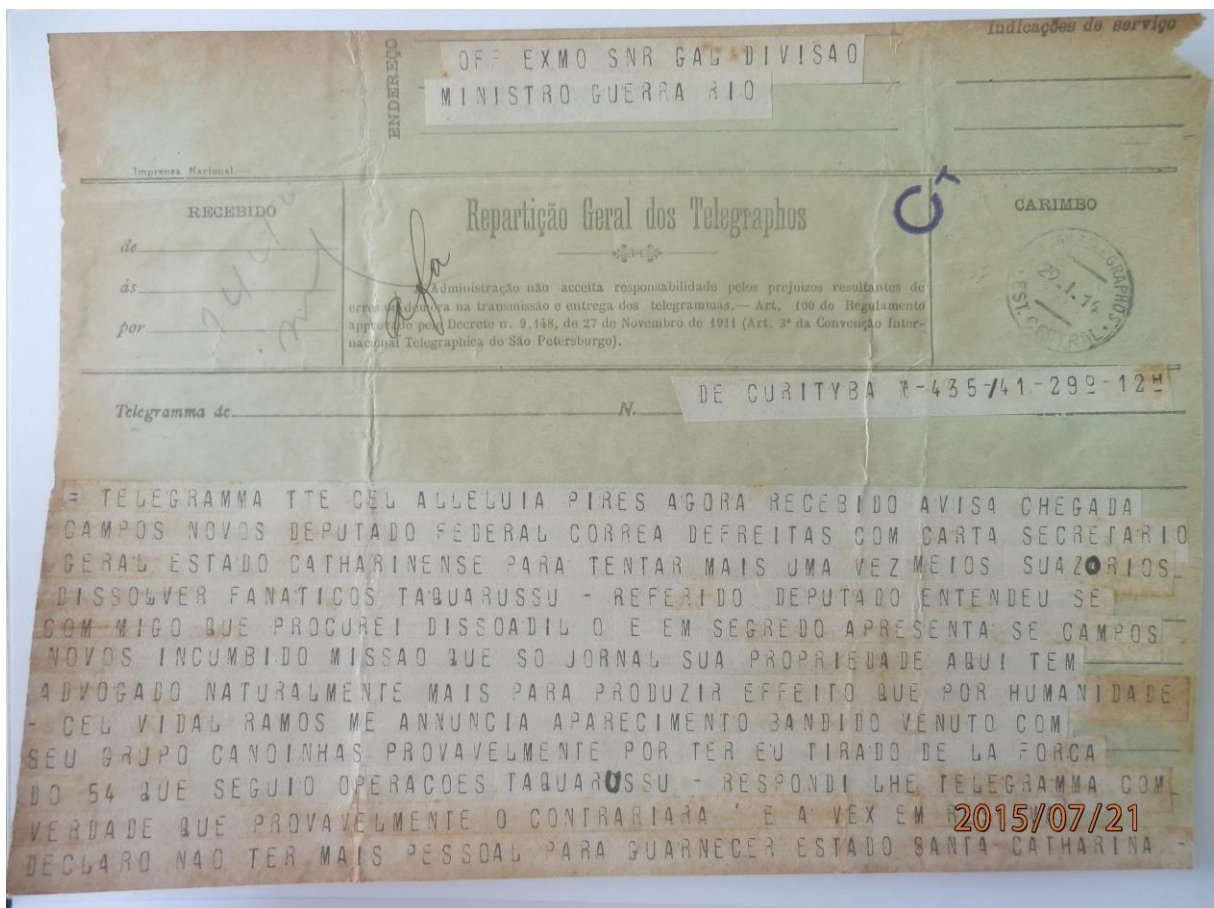
O Paíz (Rio de Janeiro)

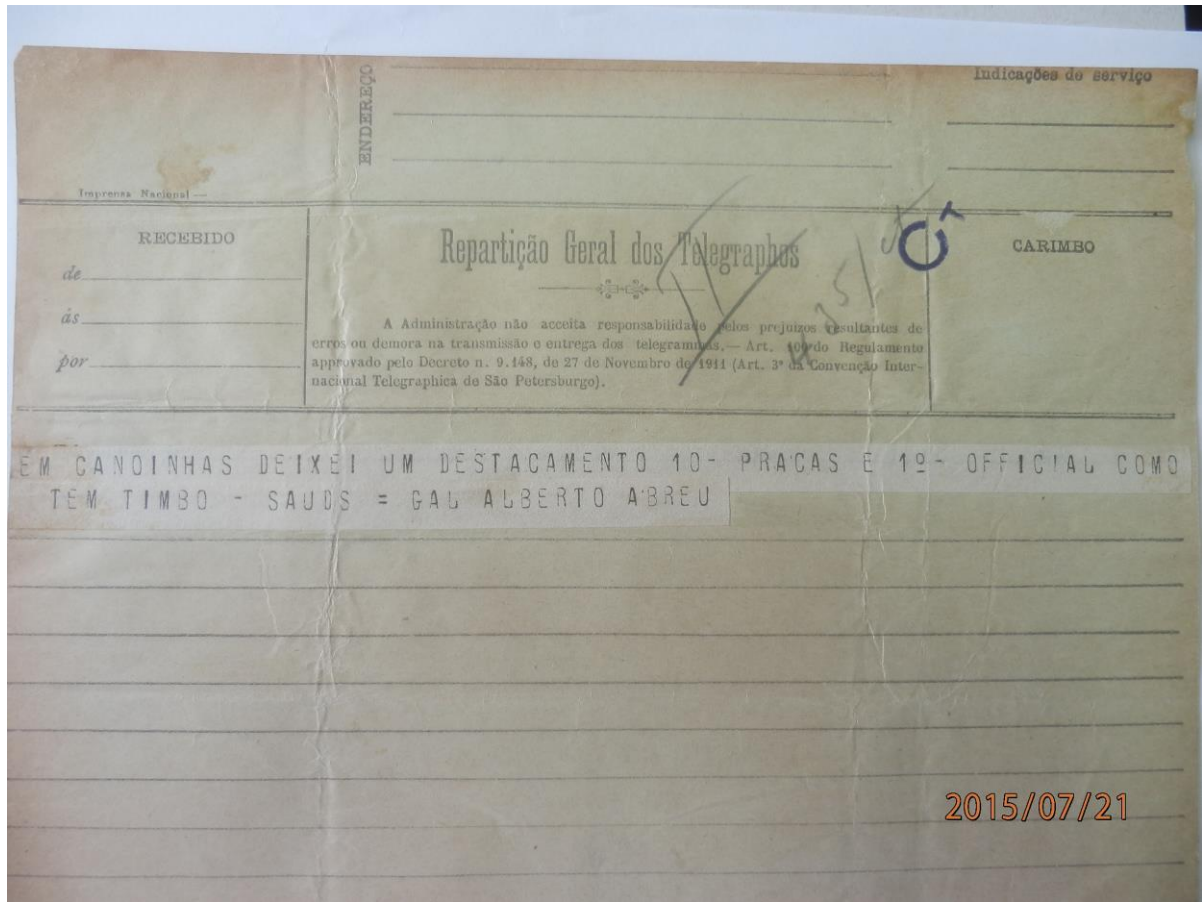
A Federação (Porto Alegre)

Diário dos Campos (Ponta Grossa)

### Documentos Complementares ao Artigo

Telegrama de Curitiba do General Alberto Ferreira Abreu ao General de Divisão e ao Ministro da Guerra no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1914 anunciando a chegada de Correia Defreitas em Campos Novos<sup>80</sup>.





Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Exército

Ao Excelentíssimo Senhor General de Divisão do Ministro da Guerra no Rio de Janeiro

Curitiba, 29 de janeiro de 1914

Telegrama do Tenente Coronel Alleluia Pires agora recebido avisa a chegada em Campos Novos do deputado federal Correa Defreitas com carta do secretário geral do estado catarinense para tentar mais uma vez por meios suasórios dissolver os fanáticos de Taquaruçu. Referido deputado entendeu se comigo que procurei dissuadi-lo e em segredo apresenta-se a Campos Novos incumbido da missão que o jornal de sua propriedade aqui tem advogado naturalmente mais para produzir efeito que por humanidade. Coronel Vidal Ramos me anuncia aparecimento do bandido Venuto com seu grupo em Canoinhas provavelmente por ter eu tirado de lá força o Batalhão 54 que seguiu com as operações em Taquaruçu. Respondi lhe telegrama com verdade que provavelmente o contrariara e a Vossa Excelência em resposta declaro não ter mais pessoa para guarnecer o Estado de Santa Catarina. Em Canoinhas deixei um destacamento de 10 praças e 1º oficial como tem Timbó.

Saudações

General Alberto Abreu

**CRONOGRAMA DAS MISSÕES PACIFISTAS NA REGIÃO DO CONTESTADO**

08.12.1913	Frei Rogério Nehauss vai ao Reduto de Taquaruçu na tentativa de mediação entre o governo municipal e os sertanejos. Foi expulso do reduto.
29.12.1913	Primeiro ataque ao Reduto de Taquaruçu. Forças legais são derrotadas.
06.01.1914	Envio dos espiões Periquito (João Rodrigues) e Valeriano Marcondes ao Reduto de Taquaruçu.
24.01.1913	Gustavo Lebon Regis enviou o benzedeiro Damaso Padilha ao Reduto de Taquaruçu.
26.01.1914	Chegada de Manoel Correia Defreitas em Curitibaanos.
28.01.1914	Passagem de Manoel Correia Defreitas por Campos Novos e encontro com o comandante das tropas legais, o Tenente-coronel Dinarte de Aleluia Pires, de quem obteve o compromisso de aguardar seu retorno antes de iniciar o ataque ao Reduto de Taquaruçu.
30.01.1914	Partida de Manoel Correia Defreitas para o Reduto de Taquaruçu
31.01.1914	Chegada de Manoel Correia Defreitas ao reduto de Taquaruçu acompanhado pelo Coronel Antonio Maria Rocha Tico (emissário do jornal Diário da Tarde de Curitiba) e dos guias Antonio Cordeiro Sampaio (plantador de fumo da região), Generoso Ribeiro e Firmino Melo. Correia Defreitas pernoita na casa do falecido Praxedes Gomes Damasceno.
02.02.1914	Correia Defreitas deixa o Reduto de Taquaruçu e vai direto para o Reduto de Caraguatá acompanhado de Generoso Ribeiro e Firmino Melo. Antonio Maria Rocha Tico vai para Campos Novos. Antonio Cordeiro Sampaio vai para Espinilho (lugar de concentração das tropas legais).
03.02.1914	As tropas legais partem do Espinilho e se posicionam para atacar Taquaruçu.
05.02.1914	Chegada de Correia Defreitas ao Reduto de Caraguatá.
08.02.1914	Correia Defreitas deixa o Reduto de Caraguatá. Ataque das tropas legais ao Reduto de Taquaruçu.
09.02.1914	Tropas legais invadem o Reduto de Taquaruçu e incendiam as construções.
10.02.1914	Retorno das tropas legais para o Espinilho. Chegada de Correia Defreitas a Campos Novos.

13.02.1914	Partida de Correia Defreitas para Porto Alegre.
14.02.1914	Tropas legais se posicionam para atacar o Reduto de Caraguatá
08.03.1914	Combate de Caraguatá
13.02 a 13.09.1914	Excursão de Manoel Correia Defreitas por cidades do interior do Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Paraguai e Alto do Paraná
Setembro 1914	Retorna ao Brasil
14.12.1914	Retorna às atividades na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro

FONTE: todas as referências citadas ao longo do artigo

**Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas analisadas para esse trabalho**

ANO	AUTOR	REFERÊNCIA COMPLETA
1921	Centro Cívico de Ponta Grossa	A VANGUARDA (1921). <b>Sob a invocação do Tiradentes impõe-se a reparação histórica Pró Correia Defreitas</b> . Ponta Grossa, 21 de abril de 1921, p.1-4.
1922	Sebastião Paraná	SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná de Sá (1922). Manoel Correia Defreitas. IN: <b>Galeria Paranaense: notas biográficas</b> . Curitiba: Livraria Mundial, 1922. (Edição comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil), p. 51-60.
1927	Ao Povo Paranaense	POVO PARANAENSE (1927). <b>Manifesto político AO POVO PARANAENSE de fevereiro 1927</b> . Curitiba: mimeo.
1927	O Dia	O DIA (1927). <b>Candidatos avulsos: Correia Defreitas e Niepce da Silva</b> . Curitiba, O dia de 24 de fevereiro de 1927.
1928	Francisco Negrão	NEGRÃO, Francisco (1928). <b>Genealogia Paranaense</b> . 3º volume. Curitiba: [s.n], p. 375-392.
1948	Saboia Cortes	CORTES, José Correia Saboya (1948). <b>“Os grandes vultos de Paranaguá e de outros tempos: Manoel Correia de Freitas”</b> . IN: Marinha – Revista do Litoral Paranaense, Nº 79.
1951	Nascimento Junior	NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1951). <b>Correia Defreitas: sua vida e obra</b> . Paranaguá: Homenagem da Prefeitura Municipal de Paranaguá ao transcurso de seu centenário.
1951	Faria Rocha	ROCHA, Augusto Faria (1951). <b>O centenário de Manoel Correia de Freitas</b> . IN: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Volume V, Fascículos 3-4, Julho-Dezembro, p.3-16.
1972	Saboia Cortes	CORTES, José Correia Saboya (1972). <b>Os grandes vultos de Paranaguá de outros tempos: Manoel Correia Defreitas</b> . IN: Boletim do IHGP, volume XVII, p.201-206.
1978	Maria Nicolas	NICOLAS, Maria (1978). <b>Correia Defreitas</b> . IN: O Paraná na Câmara dos Deputados (1853-1977). Curitiba: [s.n], p. 67-68.
2013	O Paraná	O PARANÁ (2013). <b>Não quis ser governador do Paraná: Freitas teve a chance de governar dois estados, mas recusou. Podia ser rico e preferiu ser pobre</b> . O Paraná, 5 de maio de 2013. Disponível em <a href="https://www.oparana.com.br/variedades/nao-quis-ser-governador-do-parana-30809/">https://www.oparana.com.br/variedades/nao-quis-ser-governador-do-parana-30809/</a> . Acesso 22.abril.2014.  Disponível também em: SPERANÇA, Alceu (2015). “Manoel Correia de Freitas: não quis ser governador” IN: <b>Famílias, fortunas &amp; façanhas: clãs e personalidades que dominaram o Paraná</b> . Cascavel: Projeto Livrai-Nos! Artigos publicados pelo jornal O Paraná de 02.12.2012 a 01.02.2015, p. 135-140.

Elaboração da autora

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela UFPR. Professora de Sociologia da UTFPR – Campus Curitiba. E-mail anacvanali@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Consultar o documentário “Contestado: uma guerra esquecida” disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vzOCG6i4i44>. Acesso 18.outubro.2015. E o documentário “Esquecida pela história, Guerra do Contestado terminou há 100 anos” disponível em [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=2&v=clz3NhqPUf0](https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=clz3NhqPUf0). Acesso 18.outubro.2015.

<sup>3</sup> A descrição de Manoel Correia Defreitas como adepto de “ideias socialistas” é dada no sentido dele ser contra a postura conservadora e hegemônica das elites que ocupavam o cenário político da Primeira República. As narrativas biográficas de Correia Defreitas o descrevem como uma figura visionária, despojada e mal compreendida em seu tempo justamente por ter uma visão diferenciada perante as questões sociais, políticas e econômicas. Se Correia Defreitas estivesse presente e atuando hoje na sociedade brasileira, ano de 2016, seria apontado como “comunista”, assim como toda pessoa que defende ideias por uma sociedade menos desigual, numa total confusão de conceitos, ideologias e ideias.

<sup>4</sup> Em 23 de fevereiro de 1917 a Assembleia Legislativa do Paraná, presidida por Trajano Reis, reconheceu o acordo de divisas entre o estado e Santa Catarina, celebrado em 20 de outubro de 1916 no Rio de Janeiro e que oficialmente encerrou a Guerra do Contestado. O reconhecimento foi dado através da Lei Nº 1653 pelo governador Affonso Alves de Camargo que extinguiu os municípios de Itaiópolis, Três Barras e Vila Nova do Timbó, bem como todas as exatarias estaduais paranaenses que em função do acordo de divisas passaram ao território de Santa Catarina (TOKARSKI, 2002, p.57-58).

<sup>5</sup> Ver Cronograma das missões pacifistas na Região do Contestado.

<sup>6</sup> A primeira edição dessa obra é de 1966 pela Civilização Brasileira.

<sup>7</sup> A grande virada interpretativa acontece com a obra de Duglas Teixeira Monteiro (Os Errantes do Novo Século. São Paulo: Duas Cidades, 1974).

<sup>8</sup> Biografia baseada na obra de SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná de Sá (1922). **Galeria Paranaense: notas biográficas**. Curitiba: [s.e].

<sup>9</sup> Ver Anexo A - Telegrama de Curitiba do General Alberto Ferreira de Abreu ao General de Divisão e ao Ministro da Guerra no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1914 anunciando a chegada de Correia Defreitas em Campos Novos. O Ministério da Guerra do Brasil foi criado em 1815, dando maior autonomia às forças armadas brasileiras em relação a Portugal sendo responsável pela gestão do Exército. Durante a ditadura militar, no governo Costa e Silva, em 1967, teve sua denominação alterada para Ministério do Exército. Em 1999, com a criação do Ministério da Defesa no governo de Fernando Henrique Cardoso teve sua denominação alterada para Comando do Exército. Disponível em Lei complementar nº 97 de 9 de junho de 1999. Presidência da República - Casa Civil. Acesso em 28.maio.2017.

O Ministro da Guerra na época do ataque ao Reduto de Taquaruçu era o Marechal Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1852-1924). Foi eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul (1891-1895), comandou a 1ª Região Militar de 14 de setembro de 1911 a 8 de março de 1912. No governo de Hermes da Fonseca foi ministro da Guerra, de 30 de março de 1912 a 15 de novembro de 1914, e ministro interino da Marinha, de 12 de julho a 2 de agosto de 1913. Ainda foi ministro do Superior Tribunal Militar de 30 de setembro de 1914 a 26 de novembro de 1920. Fonte: TRINDADE, Hégio; NOLL, Maria Izabel (2005). **Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho (1890-1937). Volume II**. Porto Alegre: CORAG. Ver também <https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/ministros-desde-1808/details/1/153>. Acesso 28.maio.2017.

General de divisão é o posto intermediário entre general de brigada e general de exército. É usado nos exércitos brasileiro, espanhol e francês. Os generais de divisão, também chamados informalmente "generais de 3 estrelas", são aptos a comandar uma Divisão. O telegrama de Alberto Ferreira de Abreu era direcionado ao Antônio Geraldo de Souza Aguiar, general de divisão no Ministério da Guerra de 08 de março de 1912 a 18 de novembro de 1914. Fonte <http://www.5de.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em 28.maio.2017. Souza Aguiar teria nascido em 1842 e faleceu no Rio de Janeiro em 1915. Casou com Anna Pardal Mallet. Consultar HEINZ, Flávio M. (org) (2011). **História Social das Elites**. São Leopoldo: Editora Oikos.

<sup>10</sup> Antônio Maria da Rocha Tico (1863-1929) era um fazendeiro gaúcho estabelecido em Jaguariaíva/PR e que atuou como representante do jornal Diário da Tarde, de Curitiba, na campanha humanitária promovida por esse periódico no início do ano de 1914 (Diário da Tarde, 22/01/1914). No início do século XX cresce a necessidade de agilidade na movimentação das tropas militares para evitar uma eventual ação por parte da Argentina sobre o território brasileiro. O governo então decide construir a ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Com a construção, Jaguariaíva recebe maçons, que fundam uma das mais fortes entidades da história do município. A história da maçonaria em Jaguariaíva começa com a Loja Maçônica José de Carvalho, fundada em 2 de agosto de 1902, tendo como um dos membros fundadores Antônio Maria da Rocha (Maçonaria faz 100 anos em Jaguariaíva, Tribuna do Paraná, 14/08/2002 e Esphynge de Novembro de 1902). Coronel Antônio Maria da Rocha (Tico) era casado com Luiza da Silva Rocha. Naturais da cidade de Taquari/RS. Tiveram 11 filhos. Eram proprietários de grandes fazendas no Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná. Tico tinha a patente de Coronel da Guarda Nacional obtida na vigência do 2º Império. Luiza da Silva Rocha era sobrinha do Barão de Antonina, João da Silva Machado, primeiro Senador da Província do Paraná, vigência do Império, precursor da Emancipação Política e Econômica da 5ª

Comarca de São Paulo em 1843, que se tornou então a Província do Paraná e mais tarde o Estado do Paraná e, do seu irmão Francisco de Paula e Silva, o Barão de Ibicuí (Origem da Família Nunes Rocha disponível em <http://escritosanalfabetos.blogspot.com.br/2009/01/origem-da-familia-nunes-rocha.html>. Acesso 06.novembro.2016).

Tico faleceu em 22 de outubro de 1929 na cidade de Curitiba, com 66 anos. Era filho de João Maria da Rocha. Sua última ocupação era como coletor estadual em Wenceslau Brás (A República, 23/10/1929).

<sup>11</sup> Segundo o jornal A Regeneração, 26/09/1878 - Antônio Cordeiro Ângelo era fazendeiro em Lages/SC.

<sup>12</sup> Dinarte de Aleluia Pires foi comandante da força federal em Canoinhas/SC que realizou o desarmamento do bando de Demétrio Ramos em 1905. Também foi o comandante das forças federal e catarinense em 1914 responsáveis pelo arrasamento de Taquaruçu (RODRIGUES, 2008).

<sup>13</sup> Gustavo Lebon Regis (1874-1930) filho de Alexandre Justino Regis e de Luísa Lebon Regis nasceu na cidade de Parati, atual Araquari/SC. Em 1894, como alferes-aluno da Escola Militar, tomou parte no combate à evolução Federalista na cidade de Lapa/PR. Em 1902 formou-se, obtendo os diplomas de engenheiro militar e de bacharel em matemática. Iniciou a carreira política como deputado estadual em Santa Catarina na legislatura 1902-1903. Reeito para quatro mandatos consecutivos, em 1910 participou da Assembleia Constituinte de Santa Catarina e em 1912 foi presidente da ALESC. Entre os anos de 1911 e 1912 ocupou interinamente o cargo de prefeito de Florianópolis em três ocasiões. Foi também secretário da Fazenda, Viação e Obras Públicas e da Agricultura do Estado de Santa Catarina de janeiro de 1913 a outubro de 1914, época da Comitativa Republicana de Paz da qual Manoel Correia Defreitas participou. Em 1915 foi eleito deputado federal por Santa Catarina. Durante sua passagem pela Câmara dos Deputados, de 1915 a 1917, integrou a Comissão Demarcadora de Limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, formada após a Guerra de Contestado (1912-1916). Como militar, foi sucessivamente promovido, de alferes comissionado, em 1894, até obter a patente de coronel efetivo, em 1923. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro (PIAZZA, 1985).

<sup>14</sup> Praxedes Gomes Damasceno (Xandoca), líder comunitário de Taquaruçu, foi assassinado nos primeiros dias de janeiro de 1914, na vila de Curitiba, pelo Superintendente local, quando tentava recuperar uma tropa de mulas cargueiras apreendidas. Disponível em [http://nilson-contestado.blogspot.com.br/2007/05/breve-historia-da-guerra-do-contestado\\_31.html](http://nilson-contestado.blogspot.com.br/2007/05/breve-historia-da-guerra-do-contestado_31.html). Acesso em 06.novembro.2016.

<sup>15</sup> Henrique Rupp Junior (1880-1959) foi advogado, jornalista, empresário e político. Filho de Henrique Rupp e Ema Rupp. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 6ª legislatura (1907-1909), na 10ª legislatura (1919-1921) e na 11ª legislatura (1922-1924). Foi um dos organizadores da Aliança Liberal em Santa Catarina, mas depois se afastou do grupo organizado em torno de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. Foi promotor público primeiro em Curitiba; logo depois em Florianópolis. Juntamente com José Boiteux, Henrique Fontes e Gil Costa, fundou a Faculdade de Direito em Florianópolis, sendo seu diretor por vários anos e catedrático da cadeira de Direito Comercial. Foi deputado Federal, participante ativo da Revolução de 30 e um dos fundadores da UDN, em 1945 (PIAZZA, 1985).

<sup>16</sup> Conforme arquivo do autor. NÊNE CHEFRE. Sebastião Antunes de Oliveira, vulgo Nêne Chefre. “Os jagunços”. Lebon Regis, 1943.

<sup>17</sup> Taquaruçu em dezembro de 1913.

<sup>18</sup> O autor consultou os manuscritos de Alfredo de Oliveira Lemos sobre a Guerra do Contestado cedidos por Maurício Vinha de Queiroz intitulado “*A história dos fanáticos em Santa Catarina, parte de minha vida naqueles tempos*” (sem data).

<sup>19</sup> Ver também Tribuna da Imprensa de 24/07/1991 e Jornal do Commercio de 06 e 07/02/1914.

<sup>20</sup> Felipe, 1995, p. 157.

<sup>21</sup> O jornal Diário da Tarde demonstrou um compromisso humanitário antes de aderir a voz oficial. O jornal Commercio do Paraná sempre vestiu a camisa governista e isso pode ser percebido pelos termos utilizados nos seus artigos como, por exemplo, o termo jagunço para se referir aos sertanejos (WEINHARDT, 2002, p. 68).

<sup>22</sup> Embora seja um texto assinado por Antônio Hercílio e a localidade indicada seja Antonina, ano de 1912 não conseguimos localizar mais dados sobre o autor do excerto.

<sup>23</sup> HERCÍLIO, Antônio (1912). **Excertos de um escrito inédito (continuação)**. IN: Almanaque da Revista A Casa do Lavrador da Secretaria de Agricultura, Indústria e Commercio para 1913. Anno I. Curitiba: Typographia da Penitenciária, p. 170-174.

<sup>24</sup> O jornal Diário da Tarde teve seu primeiro número publicado em 18 de março de 1899. Foi fundado por Estácio Correia. Na época da campanha “Pela Humanidade!” seu diretor era Jayme Ballão.

Dalfré (2008) analisando as representações referentes ao movimento do Contestado na imprensa paranaense aponta que uma das formas do Diário da Tarde obter notícias do conflito era através dos mensageiros, isto é, pessoas enviadas ao local de disputas para tentar pacificar os sertanejos ou somente saber dos últimos acontecimentos. Depois, o jornal utilizava expressões nas matérias para caracterizar não somente o movimento e seus personagens, mas sobretudo para apontar sua missão civilizadora que defendia a pacificação do conflito, pois suas ações eram



“Pela humanidade”, “Pela verdade”, “Basta de Sangue” ou relatavam “A odisseia de um pacificador”. Através desses discursos proferidos em defesa da pacificação pelos que moravam na capital paranaense designava-se uma representação de si e dos outros, os isentando das responsabilidades das atrocidades que estavam sendo cometidas na região contestada.

<sup>25</sup> Os pacificadores eram o deputado Manoel Correia Defreitas, o emissário do jornal Diário da Tarde Antônio da Rocha Tico e os guias Antônio Sampaio, Generoso Ribeiro e Firmo de Mello (WOITOWICZ, 2014, p. 115).

<sup>26</sup> Para entender o sistema de reciprocidade praticado entre os sertanejos consultar Margarido (1974).

<sup>27</sup> Conforme comunicação de Luiz Carlos da Silva **“Reafirmando velhas certezas: O IHGEP nos 70 anos do Movimento do Contestado (1986)”** realizada no III Simpósio do Centenário do Contestado - FAFI/UNESPAR de 4 a 6 de novembro, União da Vitória/PR.

<sup>28</sup> Entre outras obras escritas por militares destacamos:

ASSUNÇÃO, Herculano T. de. **A Campanha do Contestado**. 2 volumes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917 e 1918.

CERQUEIRA, Antônio Alves. **A jornada de Taquaruçu: feito guerreiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1919.

PEIXOTO, Dermeval. [pseudônimo Crívelaro Marcial]. **Campanha do Contestado: episódios e impressões**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1916.

SOARES, José O. Pinto. **Apontamentos para a história: o Contestado**. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

SOARES, José O. Pinto. **Guerra em Sertões Brasileiros**. RJ: Papelaria Velho, 1931. O relatório do General Setembrino de Carvalho é um texto que se reveste de observações e comentários de caráter político-social que permitem considerá-lo fora da classificação de documento meramente burocrático e ser enquadrado como uma obra clássica escrita por um militar. Carvalho, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na Guerra do Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915. Apesar de todos serem oficiais do Exército Brasileiro e não possuírem o mínimo conhecimento ou domínio sobre a ciência da História, seus trabalhos servem como fontes importantes, principalmente para a compreensão do pensamento militar sobre a Guerra do Contestado. Para saber mais sobre a produção militar referente ao Contestado consultar RODRIGUES, Rogério Rosa (2008). **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército**. RJ: Doutorado em História da UFRJ.

<sup>29</sup> Alcibiades Miranda não era paranaense, então, no prefácio da primeira edição o presidente do IHGPR alerta que talvez ele aborde questões de maneira que não “agrade aos paranaenses”. Miranda critica negativamente personalidades paranaenses como José Cleto da Silva e Manoel Alencar Guimarães e revela-se a favor da emancipação da região contestada criando-se um novo território. Depois, deveria ser realizado um plebiscito que iria determinar a anexação desse território a um dos estados.

<sup>30</sup> Outra publicação de Fredericindo Marés de Souza é o texto ficcional que foi escrito sobre o Contestado intitulado **“Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado”**, publicado em 1978 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Essa obra, apesar de suas limitações do ponto de vista estético, revela as particularidades no estabelecimento do diálogo do discurso histórico com o ficcional. Com relação a obra da Estante Paranista N° 29 - Marés de Souza (1987) – o autor analisa a carreira militar de Carlos Cavalcanti, mas não problematiza o que ele fez na sua gestão como presidente do Paraná. Marés de Souza não coloca no seu texto a crítica que o secretário de obras públicas e colonização do Paraná do governo Carlos Cavalcanti, José Niepce da Silva (1876-1935), fez a Affonso Camargo, então o 1° vice-presidente de Estado e ao mesmo tempo advogado do Grupo Farquar (Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a Southern Brazil Lumber & Colonization Company). Ressaltamos que o autor fez um grande levantamento nos periódicos da época, portanto ele deve ter tido acesso aos seis textos de Niepce da Silva criticando Affonso Camargo que foram publicados no jornal A Tribuna, a partir de 11 de fevereiro de 1914 sob o título “Desmascarando os hipócritas”. Marés de Souza não faz menção a esses textos em seu trabalho.

<sup>31</sup> Jayme Ballão (1869-1930) filho de José de Sá Ballão e de Carolina Schleder Ballão. Foi professor, escritor, industrial, advogado, jornalista e político. Destacou-se no jornalismo paranaense como editor e fundador de periódicos. Ainda na juventude criou a revista *“Vida Literária”*, além de ter sido diretor da *“Gazeta Paranaense”*. Durante os anos da Revolução Federalista, desenvolveu um jornalismo combativo e nesta atitude contraiu desafetos dentro do governo. Por esta razão, sofreu perseguição e foi preso. Ao ser julgado, foi absolvido das acusações impostas. Em 1903 fundou o *Diário do Comércio* e anos depois comprou o *Diário da Tarde*. Na política, exerceu os cargos de Camarista municipal e Deputado estadual durante a década de 1910. Entre as diversas atividades que atuou durante a sua vida, Jayme Ballão teve especial dedicação às letras, em uma relação diferente das matérias e crônicas do jornalismo. Em parceria com Augusto Stresser, ajudou a criar a primeira ópera paranaense como libretista de *“Sidéria”*. A ópera estreou, com grande sucesso, em Curitiba, na sexta-feira, dia 3 de maio de 1912. Foi sócio fundador do Centro de Letras do Paraná e o seu presidente no ano de 1922. Exercia o cargo de oficial do Registro de Títulos de Curitiba quando faleceu, aos 61 anos (MENDONÇA, 1992). Disponível também em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/278-jayme-ballao>. Acesso em 12.novembro.2016.

<sup>32</sup> Houveram alguns emissários enviados aos redutos na tentativa de dispersarem os sertanejos para evitar o massacre: Frei Rogério Neuhaus, os espiões Periquito e Valeriano, o benzedeiro Damaso Padilha, mas nenhum tinha o poder de decidir com legitimidade (A Tribuna, 16/02/1914). Ver Apêndice 1.

<sup>33</sup> Alberto Ferreira de Abreu (1853-1933), inspetor da 11ª Região Militar/PR desde a sua criação em junho de 1913 até 24 de agosto de 1914 (A República, 11/06/1913 e de 26/08/1914). Nasceu em Paranaguá no dia 11 de junho de 1853, filho de Antônio Cândido Ferreira de Abreu e de Maria Cândida Guimarães Ferreira de Abreu. Era casado com Maria Lins Ferreira de Abreu. Seu avô materno era o Visconde de Nacar. Seu irmão, Cândido Ferreira de Abreu, foi deputado federal (1903-1905) e senador (1906-1914) pelo estado do Paraná, além de prefeito de Curitiba duas vezes: 1892-1894 e 1913-1916. Coursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, diplomando-se engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas. Sua trajetória profissional esteve quase toda ligada às atividades militares. Até reformar-se com a patente de marechal, chefou as obras militares nas províncias do Paraná e de Santa Catarina, comandou os distritos militares paulista e paranaense, e foi diretor da Intendência de Guerra do Rio de Janeiro e do Arsenal de Guerra da Bahia. Além disso, foi diretor das estradas estratégicas do Paraná. Foi eleito deputado federal pelo Paraná para a legislatura 1915-1917. Não chegou a ser deputado estadual conforme apontam algumas narrativas biográficas. (Disponível em [http://www.arvore.net.br/Paulistana/Moraes\\_3.htm](http://www.arvore.net.br/Paulistana/Moraes_3.htm). Acesso 06.novembro.2016). Faleceu em 1933 (Comercio do Paraná, 30/03/1933).

<sup>34</sup> O silêncio por parte do governo durante décadas a respeito do Contestado seria quebrado por ações que buscariam não só enaltecer os sertanejos, ou caboclos, numa total mudança de postura, mas também estabelecer uma série de elementos que solidificassem uma memória dos acontecimentos, além de criar e manter legados ou patrimônios na forma de datas comemorativas, símbolos e locais de apresentação ou exposição do tema Contestado. As atenções dadas ao tema do Contestado pelo governo estadual catarinense, que procurava transformá-lo em símbolo patrimonial cultural, assumiram uma dimensão maior a partir de 1982. O candidato ao governo estadual, Esperidião Amin Helou Filho (PDS), utilizaria a imagem do Contestado como parte de sua campanha eleitoral em 1982, em que a “luta dos pequenos” (entre os quais estariam os sertanejos que combateram no Contestado) simbolizaria a força dos catarinenses na busca por justiça e pela defesa de seu território. Para além de uma apropriação pelo discurso eleitoral, ocorreu, após a eleição de Amin, todo um investimento no tema, que passou pela elaboração de estudos, publicações, vídeos, além da construção e implantação de marcos físicos (monumentos e placas) relacionados ao Contestado em lugares onde haviam se desenvolvido acontecimentos significativos para o evento, a exemplos de combates e a construção de redutos ou cidades santas (LAZARIN, 2004, p. 115).

<sup>35</sup> O Supremo Tribunal Federal em 11 de novembro de 1889 fez um acordo entre o Amazonas e Mato Grosso: ordenou que o estado do Amazonas restituísse o território de Mato Grosso e estabeleceu os limites entre esses dois estados. Numa das sessões da Câmara, Correia Defreitas fala da questão dos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina e se remete ao papel de Supremo Tribunal que invadiu as atribuições do Poder Legislativo na questão idêntica ocorrida entre o Mato Grosso e o Amazonas e questiona se seria tomada a mesma atitude no caso entre Paraná e Santa Catarina (CORREIO DO ESTADO, 09/10/1910).

<sup>36</sup> Nessa época Manoel Correia Defreitas não era mais deputado federal pelo Paraná e nem estava exercendo nenhum outro cargo eletivo. Ele foi deputado federal pelo Paraná nas legislaturas de 1911-1912 e 1913-1914.

<sup>37</sup> “Doze pares da França” ou “Pares de São Sebastião” é o nome dado à tropa militar dentro dos redutos. A inspiração é na elite pessoal do rei Carlos Magno da França, formada por doze cavaleiros leais ao rei. No sertão catarinense, tomaram-se uma espécie de guarda de honra que atuava na defesa dos redutos e concentrava os mais valentes combatentes, em número bem maior do que 24 indivíduos. Originalmente, o termo “par” definia que esses homens eram semelhantes entre si nos feitos e na coragem (ESPIG, 2012).

<sup>38</sup> Consultar também BRASIL. Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 30 de dezembro de 1914. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 583.

<sup>39</sup> Disponível em <http://www.portouniaodavitoria.com.br/contestado/cronologia-da-guerra-do-contestado/>. Acesso em 13.novembro.2016.

<sup>40</sup> Disponível em <http://ieij.com.br/Atividades/contestado/100.Anos.Contestado.pdf>. Acesso em 13.novembro.2016.

<sup>41</sup> Disponível em <http://caboclosrebeldes.blogspot.com.br/>. Acesso em 13.novembro.2016.

<sup>42</sup> Ver Apêndice 2 – Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas analisadas para esse trabalho. Sobre a biografia de Manoel Correia Defreitas consultar VANALI, Ana Crhistina (2017). **“Ao povo paranaense”: a vida do cidadão Manoel Correia Defreitas**. Curitiba: Doutorado em Sociologia UFPR. Disponível em <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46450>. Acesso 28.maio.2017.

<sup>43</sup> Correio do Povo/Rio de Janeiro, 19/03/1914, 12/04/1914. La Reaccion (Rosario de Santa Fé, Argentina) de 01/07/1914. El Diario (Assunção, Paraguai) de 24/06/1914 e de 25/06/1914. La Capital (Rosario de Santa Fé, Argentina) de 01/07/1914. Liberal (Assunção, Paraguai) de 25/06/1914. El Tiempo (Assunção, Paraguai) de 25/06/914.

<sup>44</sup> Não foram localizados até o momento documentos que comprovem a passagem de Manoel Correia Defreitas no Reduto de Perdizes. As informações nos periódicos consultados são desencontradas e se contradizem. Presume-se

que o ataque ao Reduto de Taquaruçu fez Manoel Correia Defreitas encerrar a Missão Republicana de Paz e não chegou a ir ao Reduto de Perdizinhos realizando sua passagem apenas pelos Redutos de Taquaruçu e Caraguatá.

<sup>45</sup> Sobre essa perseguição o jornal carioca A Noite de 08/01/1914 questiona porque não foi aberto um inquérito para saber se os sertanejos eram maltratados pelas autoridades de Curitiba, sobretudo pelo coronel Francisco de Albuquerque de quem mais se queixavam. O jornal conclui que na verdade as forças dos governos do Paraná, de Santa Catarina e da república davam apoio à esses maus tratos de que se queixavam esses habitantes de Curitiba e ainda essas forças o combatiam em seu próprio território.

<sup>46</sup> Em seu discurso Manoel Correia Defreitas não aponta quais seriam esses “principais países do mundo”.

<sup>47</sup> O Paiz, 16/12/1914. Diário da Tarde, 17/12/1914.

<sup>48</sup> Correio do Povo, 31/03/1914.

<sup>49</sup> A Federação, 30/03/1914.

<sup>50</sup> Louis Hubert Lyautey (1854-1934) foi um militar francês que se destacou nas guerras coloniais. Foi o primeiro residente geral do Protetorado Francês de Marrocos de 1912 a 1925. Foi ministro francês da guerra durante a Primeira Guerra Mundial e Marechal de França em 1921. É considerado o construtor do império colonial francês. Fonte: BOAHEN, Albert Adu (2010). **História geral da África VII: África sob dominação colonial (1880-1935)**. 2ª edição. Brasília: UNESCO.

<sup>51</sup> O Dia de Florianópolis, a Gazeta do Commercio de Joinville.

<sup>52</sup> O Paiz, 26/12/1914.

<sup>53</sup> Diário da Tarde, 27/03/1914.

<sup>54</sup> Manoel Correia Defreitas utiliza o termo “fanáticos” para se referir aos moradores dos redutos, porém em nossa redação adotamos o termo sertanejos.

<sup>55</sup> A Sociedade Colonizadora Hanseática originou-se da Sociedade Colonizadora Hamburguesa fundada em 1849 na Alemanha. Em 1897 todos os bens e propriedades da Sociedade Hamburguesa foram transferidos para a Sociedade Hanseática. Antes da transferência acontecer, a Hamburguesa havia fechado contrato com o governo de Santa Catarina onde eles comprariam ainda terras não colonizadas do território catarinense e teriam o direito de introduzir até 6 mil imigrantes por ano no estado. Nos primeiros anos a sede da Sociedade Hanseática ficou em Joinville, em 1904 foi transferida para Hammonia. Entre as atividades da Sociedade Hanseática estava a administração de vendas dos lotes, ajuda na construção de igrejas e escolas, contratação de médicos e **incursão na mata juntamente com os colonos para “espantar” os índios**. Ajuda em tudo mais que o colono precisasse. Após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha no ano de 1942 em função da 2ª Guerra Mundial, a administração da Sociedade Hanseática passa para as mãos do governo federal até ser extinta oficialmente no ano de 1962 (RICHTER, 1992).

<sup>56</sup> Em 2016 continuamos com a mesma situação: os governos estão apenas preocupados com a politicagem e a educação relegada a um plano inferior de importância. Vide PEC 55/2016 que estabelece limite para gastos públicos para os próximos 20 anos, entre eles a educação.

<sup>57</sup> Sobre o General Setembrino de Carvalho disse Correia Defreitas: “*para fazer inteira justiça ao seu modo correto de proceder, na situação presente, devo declarar que o propósito do general Setembrino tem sido tornar o exército apenas defensivo, estabelecendo o sítio, que vai produzindo bom resultado, demonstrando na apresentação espontânea de centenas de fanáticos, sem sacrifício inútil de vidas*” (DIÁRIO DA TARDE, 26/12/1914). A tática de Setembrino de Carvalho era cercar os sertanejos, não os hostilizando, forçando-os a se renderem. Porém, na imprensa carioca parecia que somente Correia Defreitas achava essa a melhor forma de abordagem possível. O quartel de Curitiba considerava essa inatividade não a melhor tática, mas sinal de fracasso dos planos traçados (A NOITE, 16/12/1914). Ainda está por ser feito um trabalho analisando a relação de Manoel Correia Defreitas e os comandantes do exército no período da Guerra do Contestado.

<sup>58</sup> Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN, a partir de 1918 passa a se chamar apenas SPI – Serviço de Proteção aos Índios) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto N° 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. O serviço instituiu a assistência leiga, procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado. A ideia de transitoriedade do índio orientava esse projeto: a política indigenista adotada iria civilizá-lo, transformaria o índio num trabalhador nacional. A origem do serviço estava nas redes sociais da época que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), Apostolado Positivista no Brasil e Museu Nacional, pois o MAIC previu desde a sua criação, em 1909, a instituição de uma agência de civilização dos índios (OLIVEIRA, 1998).

<sup>59</sup> ANAIS da Câmara dos Deputados, 144ª Sessão Ordinária de 14 de dezembro de 1914.

<sup>60</sup> Referência à Revolta da Chibata, movimento militar na Marinha do Brasil, planejado por cerca de dois anos pelos marinheiros e que culminou com um motim que se estendeu de 22 até 27 de novembro de 1910 na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto. Protestavam contra os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e alimentação e, particularmente o uso de castigos físicos (chibatadas), ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Quatro dias depois do motim, em 26 de novembro, o governo

do presidente Marechal Hermes da Fonseca declarou aceitar as reivindicações dos amotinados, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos que se entregassem. Estes, então, depuseram armas e entregaram as embarcações. Entretanto, dois dias mais tarde, em 28 de novembro, foi feito um novo decreto, que permitia que fossem expulsos da Marinha aqueles elementos "*inconvenientes à disciplina*". Eclode uma "segunda revolta", marinheiros rebeldes foram presos mesmo anistiados, o Governo bombardeia os fuzileiros e marinheiros da Ilha das Cobras, mesmo após hastear a bandeira branca. Enquanto o bombardeio se dava no dia 10 de dezembro, o Governo aprovava no Senado Federal o estado de sítio (lei marcial que permite julgamentos sumários, prisões, etc). No Congresso, parlamentares levantaram a possibilidade de esta "segunda revolta" ter sido encomendada, ou no mínimo fomentada pelo Governo Federal (Presidente, Marinha, Exército e simpatizantes no Congresso), pois foi o Governo o maior beneficiado, com o estado de sítio, que não somente lhe permitiu excluir 2.000 marinheiros (eram 2379 os revoltados) e matar um número incerto mas estimado em duas centenas de marinheiros, como também afastar os adversários políticos, que ficaram a favor da Anistia dos marinheiros rebeldes, como o candidato à presidência derrotado, Rui Barbosa, isolando-o em São Paulo. Matar homens amarrados, rendidos, por vingança, realmente uma mancha na história brasileira. Fonte: CARVALHO, José Murilo (org) (2009). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade**. RJ: Ed. Civilização Brasileira.

<sup>61</sup> Diário da Tarde, 09/11/1914.

<sup>62</sup> Consultar além do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional a obra de ESPIG, Márcia Janete (2013). **Notícias de uma guerra centenária: o movimento do Contestado através do jornal A Federação (1912-1916)**. São Leopoldo: Oikos.

<sup>63</sup> Mauricio Lacerda, deputado federal pelo Rio de Janeiro, é outro nome interessante de se analisar referente à Guerra do Contestado. Ele via a questão do "levante do sul" como um caso social, para o qual já não se "*pedia a brutalidade das armas, mas a sabedoria dos gabinetes de estado*" visto que a principal causa da guerra eram as espoliações de terras que levaram a população a fome, somente uma pequena parcela estava ali pelo fanatismo religioso (O IMPARCIAL, de 30/05/1916).

<sup>64</sup> Habeas corpus é a proposta por qualquer pessoa em seu favor ou de outrem ou pelo Ministério Público para assegurar a liberdade pessoal violada ou ameaçada, por ato ilegal de autoridade pública ou de particulares. Habeas corpus preventivo é a ação impetrada com o escopo de impedir a consumação de violência ou coação iminente.

<sup>65</sup> Venuto Baiano era o comandante militar dos sertanejos. Organizava os treinamentos diários, as marchas e os bombeiros que se infiltravam nas tropas do governo para "bombar" informações para os redutos. Venuto Baiano havia combatido na Guerra de Canudos e na Revolução Federalista e comandou por algum tempo o Reduto de Caraguatá.

<sup>66</sup> Governador de Santa Catarina de 28 de setembro de 1910 a 20 de junho de 1914.

<sup>67</sup> Pronunciado = indicado como réu.

<sup>68</sup> Governador do Paraná de 25 de fevereiro de 1912 a 25 de fevereiro de 1916.

<sup>69</sup> Vaqueano = peões de fazenda ou capangas de coronéis armados para guiar as tropas e lutar contra os jagunços.

<sup>70</sup> Queiroz (1986) destaca que Deocleciano Martyr era mau redator: além de linguagem violenta e obscura, era permeada de erros gramaticais. Segundo a autora, ele não era bacharel. Até o momento não conseguimos localizar nenhuma informação sobre a formação profissional de Deocleciano.

<sup>71</sup> O Jacobino, 01/12/1894 e de 21/11/1896.

<sup>72</sup> O termo jacobino foi utilizado com essa acepção de "republicanos radicais" durante os momentos iniciais da república no Brasil e fazia alusão aos indivíduos intransigentes e intolerantes que defendiam as suas opiniões através de ações tumultuárias nas ruas e praças, o que acentuou sua conotação pejorativa.

<sup>73</sup> Ficha 211994 do Acervo Jurídico do Arquivo Nacional (BV.O.RMI.0632): peticionário Deocleciano Martyr condenado por tentativa de homicídio contra o presidente Prudente de Moraes, vítima e outros. 1903-1904.

<sup>74</sup> Sequaz = quem segue ou acompanha algo ou alguém.

<sup>75</sup> Deocleciano perdeu uma das pernas num acidente que ocorreu logo após apostar com um estrangeiro a travessia a nado da Baía de Guanabara (Jornal do Brasil, 15/09/1927).

<sup>76</sup> EDMUNDO, Luis (1958). **De um livro de memórias**. RJ: [s.n.], 5 vols. p. 426.

<sup>77</sup> Implicado = aquele que está envolvido numa ação judicial.

<sup>78</sup> Indultado = que foi alvo de absolvição; que recebeu perdão ou indulto; indultário.

<sup>79</sup> Não localizamos o ano de nascimento de Deocleciano Martyr, mas ele nasceu em um 31 de maio. Foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier (Cemitério do Caju) na cidade do Rio de Janeiro.

Deocleciano Martyr: nascimento 31/05/???? em Porto Alegre/RS e falecimento 13/09/1927 no Rio de Janeiro/RJ. Fonte: Gazeta de Notícias, 14/09/1927, O Paiz, 14/09/1927, Jornal do Brasil, 14/09/19127, 15/09/1927, 16/09/1927 e 12/10/1927.

<sup>80</sup> Agradecimento especial à Historiadora Viviane Poyer pelas fotos do documento.